

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nome da Unidade Jurisdicionada (UJ):

SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES

Governo do Estado da Bahia

Natureza jurídica:

Administração direta

Exercício da Prestação de Contas: 2018

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	03
LISTA DE TABELAS.....	04
LISTA DE QUADROS.....	05
LISTA DE GRÁFICOS.....	06
1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ).....	07
1.1 Identificação.....	07
1.2 Informações do(s) dirigente(s) máximo(s).....	07
1.3 Informações gerais.....	08
2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	16
2.1 Análise da execução orçamentária e financeira.....	16
3 ÁREA OPERACIONAL.....	24
3.1 Avaliação dos resultados da execução das ações orçamentárias/compromisso(s)/programa(s).....	24
4 ÁREA ADMINISTRATIVA.....	60
4.1 Procedimentos formais da UJ.....	60
4.2 Área patrimonial.....	66
5 ÁREA DE PESSOAL.....	68
5.1 Análise da gestão de pessoal.....	68
6 CONTROLE INTERNO.....	70
7 CONTROLE EXTERNO.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TCE/BA – Tribunal de Contas do Estado da Bahia

SPM/BA - Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia

CDDM – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher

APG – Assessoria de Planejamento e Gestão

DAF – Diretoria de Administração e Finanças

CAT – Coordenação de Ação Temática

CPG – Coordenação de Planejamento e Gestão

ASCOM – Assessoria de Comunicação

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Execução da receita.....	18
TABELA 2	Execução da despesa por Unidade Orçamentária (UO).....	18
TABELA 3	Execução da despesa por função.....	19
TABELA 4	Execução da despesa por programa.....	19
TABELA 5	Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa.....	20
TABELA 6	Execução da despesa por elemento de despesa.....	20
TABELA 7	Execução da despesa por Unidade Gestora (UG).....	23
TABELA 8	Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria.....	23
TABELA 9	Licitações, dispensas e inexigibilidades.....	61
TABELA 10	Contratos firmados no exercício.....	61
TABELA 11	Contratos de gestão firmados no exercício.....	61
TABELA 12	Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores.....	62
TABELA 13	Contratos de gestão vigentes firmados em exercícios anteriores.....	62
TABELA 14	Convênios de captação	62
TABELA 15	Convênios de repasse.....	63
TABELA 16	Acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração.....	65
TABELA 17	Movimentação dos bens de consumo e permanentes.....	67
TABELA 18	Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário	67
TABELA 19	Pessoal por natureza da vinculação.....	69
TABELA 20	Cargos comissionados.....	69
TABELA 21	Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais.....	69

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Legislação relacionada à UJ.....	08
QUADRO 2	Principais finalidades e competências das áreas estratégicas da UJ.....	09
QUADRO 3	Evolução anual dos indicadores do(s) programa(s).....	43
QUADRO 4	Outros indicadores de desempenho utilizados pela UJ.....	44
QUADRO 5	Evolução das metas dos compromissos/programa sob a responsabilidade da UJ	47
QUADRO 6	Evolução das metas dos compromissos/programa sob a responsabilidade da UJ, a cargo <i>da(s) unidade(s) da administração indireta vinculada(s) à UJ, conforme Relatório M&A 100/Fiplan</i>	52
QUADRO 7	Ações orçamentárias prioritárias por compromisso/programa sob a responsabilidade da UJ.....	55
QUADRO 8	Ações orçamentárias não prioritárias por compromisso/programa, consideradas relevantes pela UJ.....	55
QUADRO 9	Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias/compromisso/programa.....	57
QUADRO 10	Tomadas de contas de contratos de gestão.....	62
QUADRO 11	Tomadas de contas de convênios de repasse.....	63
QUADRO 12	Tomadas de contas de acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração.....	65
QUADRO 13	Sindicâncias e processos administrativos disciplinares.....	66
QUADRO 14	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo.....	68
QUADRO 15	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes.....	68
QUADRO 16	Movimentação de pessoal no exercício.....	69
QUADRO 17	Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ.....	72
QUADRO 18	Determinações/recomendações do TCE/BA.....	73
QUADRO 19	Recomendações dos demais órgãos de controle	74

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1

GRÁFICO 2

GRÁFICO 3

GRÁFICO ...



1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)

1.1 IDENTIFICAÇÃO

Nome/Sigla: Secretaria de Políticas para as Mulheres/SPM

Poder: 3 – Executivo

CNPJ: 13.763.132/0001-17

1.2 INFORMAÇÕES DO(S) DIRIGENTE(S) MÁXIMO(S)

Nome: Julieta Maria Cardoso Palmeira

Período de gestão: 2018

Outros dirigentes:

Chefia de Gabinete:

Emília Costa Almeida

Assessoria de Planejamento e Gestão:

Yolanda de Souza Checcucci

Diretoria Administrativa e Financeira:

Iracilda Silva Santos

Coordenação de Finanças:

Lílian Pimentel Santana

Coordenação Administrativa:

Virginia M^a Miranda Duarte

Coordenação de Licitações:

Dinaídes Neri Oliveira

Coordenação de Convênios:

Rita de Cássia Costa Aragão

Coordenação de Articulação e Ações Temáticas:

Jucinalva Pinto Peruna

Coordenação de Prevenção e Enfretamento à Violência:

Flávia Reis

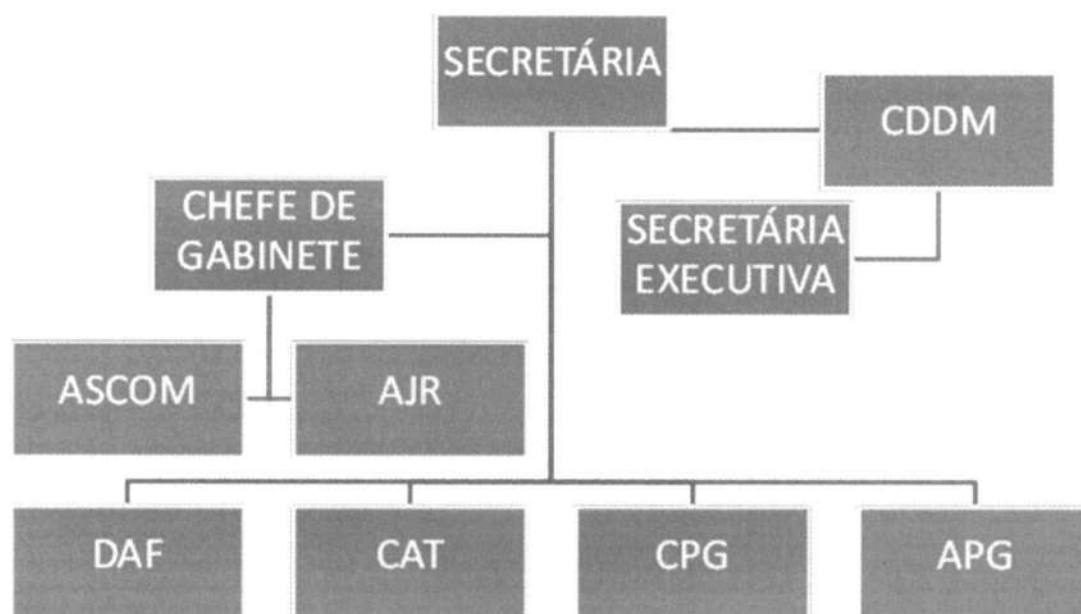
Coordenação de Autonomia:

Michelle Fraga

Coordenação de Planejamento e Gestão de Políticas para as Mulheres:

Fernanda Vieira

1.3.2 Estrutura organizacional – Organograma funcional



1.3.3 Finalidade e competências institucionais

QUADRO 2 – Principais finalidades e competências das áreas estratégicas da UJ

NOME DA UNIDADE	FINALIDADE	PRICIPAIS COMPETÊNCIAS
1.Gabinete da Secretária	Prestar assistência à Titular da Pasta, em suas tarefas técnicas e administrativas, exercendo a competência relativa à sua representação social e política, ao preparo e encaminhamento do expediente, à coordenação do fluxo de informações e às relações públicas da Secretaria.	Acompanhar a execução de programas e projetos em desenvolvimento na Secretaria de Políticas para as Mulheres; examinar e aprovar os termos dos Contratos de Gestão a serem firmados por esta Pasta, bem como supervisionar, acompanhar e avaliar o seu cumprimento; promover a integração entre as diversas unidades da Secretaria, visando a melhor coordenação dos trabalhos e a eficiência da Organização; coordenar ações sistêmicas de planejamento e gestão da Secretaria; monitorar, de forma sistemática, os resultados organizacionais, das unidades e do Órgão da Secretaria; promover a publicação de atos oficiais da Secretaria; coordenar as atividades de comunicação social, relativas às realizações da Secretaria; desenvolver outras atividades que lhe forem conferidas ou delegadas.
2.Assessoria de Planejamento e Gestão	Promover, no âmbito setorial, em articulação com a Secretaria da Administração - SAEB e a Secretaria do Planejamento - SEPLAN, a gestão organizacional, do planejamento estratégico, do orçamento e de tecnologias da informação e comunicação - TIC, dos sistemas formalmente instituídos, com foco nos resultados institucionais.	I- por meio da Coordenação de Gestão Organizacional e de TIC: promover e coordenar as ações de modernização atinentes a implantação de modelos institucionais, métodos, técnicas e instrumentos de gestão que visem ao aprimoramento das competências gerenciais e do desempenho organizacional e à melhoria continuada dos resultados da Secretaria, em estreita articulação com as demais unidades; elaborar o planejamento de TIC, bem como gerenciar sua execução, no âmbito da Secretaria, em conformidade com as normas e diretrizes definidas para a Administração Pública do Poder Executivo Estadual; elaborar e acompanhar a implantação de normas e padrões operacionais atinentes às ações de Gestão Organizacional e de TIC; disseminar, para as unidades da Secretaria, as Políticas de TIC e de Segurança da informação definidas para a Administração pública do Poder Executivo Estadual; desenvolver estudos e contribuir na formulação das diretrizes de Gestão Organizacional e de TIC, a serem implementadas no âmbito da Secretaria; implementar soluções de gestão e processos de parceria de gestão, no âmbito da Secretaria, observada a competência da Superintendência da Gestão e Inovação – SGI II - por meio da Coordenação de Planejamento e Orçamento: Elaborar em articulação com as unidades internas o Plano Estratégico da Secretaria em consonância com o Plano Estratégico do Estado; Contribuir com a elaboração do Plano Plurianual e Orçamento Anual em articulação com as unidades internas, bem como coordenar a gestão orçamentária; Acompanhar as ações governamentais,

		consolidando as informações necessárias ao monitoramento dos resultados organizacionais no âmbito da secretaria; Contribuir para a avaliação das ações governamentais a cargo da Secretaria; prestar assessoramento às unidades da Secretaria na gestão orçamentárias das ações financiadas com recursos de transferências voluntárias oriundas de convênio e contratos de repasses, bem como operações de crédito, em articulação com a SEPLAN e SEFAZ; Contribuir para o desenvolvimento das atividades de captação pela Secretaria, de recursos oriundos de convênios e operações de créditos.
3.Diretoria de Administração e Finanças	Executar as atividades de material, patrimônio, serviços, recursos humanos, administração financeira e de contabilidade.	I - por meio da Coordenação de Licitações: promover e acompanhar as licitações, no âmbito da Secretaria, em estreita articulação com a Coordenação de Licitação CCL - SAEB; II – por meio da Coordenação de Contratos e Convênios: executar as atividades de gerenciamento, fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos e convênios sob sua responsabilidade, bem como manter registros atualizados de contratos e convênios, no âmbito da Secretaria, em estreita articulação com as unidades gestoras; III - Por meio da coordenação Administrativa: executar as atividades de administração de material, patrimônio, serviços e recursos humanos, bem como as atividades de execução orçamentaria e de serviços de suporte, infraestrutura e manutenção de TIC, no âmbito a Secretaria, em estreita articulação com a unidade central do Sistema Estadual de Administração; IV – por meio da Coordenação de Finanças: executar a atividades de administração financeira e de contabilidade, em estreita articulação com as unidades centrais do Sistema Financeiro e de Contabilidade do Estado.
4.Coordenação de Articulação Institucional e Ações Temáticas	Integrar as políticas públicas para as mulheres nas áreas de educação, saúde, trabalho e participação política, visando o combate à violência contra as mulheres, à redução das desigualdades de gênero e à eliminação de todas as formas de discriminação identificadas.	Elaborar e desenvolver programas, projetos e ações para formação e capacitação do público interno e externo da Secretaria, em articulação com os órgãos competentes, em conjunto com a Coordenação de Planejamento e Gestão de Políticas para as Mulheres; Consolidar uma metodologia participativa pautada no dialogo e na observância dos princípios da valorização da diversidade cultural, étnica, racial, geracional, de condição pessoal e de orientação sexual das mulheres; Promover e articular a participação da Secretaria no programa de formação e capacitação de servidoras/es desenvolvidos por diversas áreas e órgãos da administração publica estadual, que atuam em atendimento e apoio às mulheres, especialmente nas áreas de saúde e sexualidade, violência domestica e sexual, turismo, dentre outras; Promover e apoiar projetos de caráter preventivo, educativo, de desenvolvimento pessoal e social, dentre

		outros, visando fortalecer a cidadania das mulheres e combater as discriminações e desigualdades de gênero; Promover, apoiar e articular programas de formação de servidoras/es públicas, visando contribuir para transformar conceitos e práticas discriminatórias; Estabelecer parcerias, convênios ou acordos de cooperação técnica ou outros instrumentos congêneres com instituições públicas e privadas e organizações não-governamentais, nacionais e internacionais, para desenvolvimento de programas ou projetos que atendam à demanda da mão-de-obra feminina, com o objetivo de promover a autonomia sócio produtiva das mulheres; Promover campanhas, oficinas e palestras visando esclarecer a população feminina de baixa renda, preferencialmente as que vivem em situação de vulnerabilidade social, violência doméstica sexual, sobre a necessidade e a importância da regularização documental, como instrumento do exercício pleno da cidadania ativa; Participar e apoiar ações em cumprimento à legislação pertinente aos direitos das mulheres, dos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais; Participar e apoiar ações nos diversos âmbitos e esferas da Administração Pública Estadual, em especial na saúde, na educação, no desenvolvimento social, na reparação, na habitação, na justiça e nos Direitos Humanos, na economia e no trabalho, visando à afirmação dos direitos das mulheres e à redução das desigualdades e discriminações; Articular parcerias e cooperação com os demais órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, com vistas a desenvolver ações e projetos de apoio aos serviços de atenção às mulheres; Desenvolver e aprofundar as parcerias com o Governo Federal, Estadual e Municipal, a sociedade civil e os movimentos sociais, visando contribuir para ampliar e melhorar a qualidade e humanização dos serviços de atendimento às mulheres, fortalecer a rede de cidadania e promover os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, sexuais e reprodutivos das mulheres; Apoiar as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres; Promover atividades de sensibilização e capacitação, como palestras, oficinas, cursos e participações em feiras, na comunidade, em escolas, nas instituições sindicais, de ensino e religiosas, em grupos organizados de mulheres, nas unidades de saúde, dentre outras, sobre as questões referentes à violência contra a mulher e relações de gênero; Apoiar e divulgar ações, projetos e serviços inerentes à mulher; Identificar e publicizar as diversas causas que dificultam o rompimento da situação de violência contra as mulheres, promovendo o esclarecimento, a denúncia e a intervenção; Manter, em articulação com a Rede de Atenção a Mulheres em Situação de Violência, canais permanentes de relação com movimentos
--	--	---

		sociais de mulheres e outros segmentos da sociedade civil, apoiando o desenvolvimento das atividades que estejam em conformidade com as políticas da Secretaria; contribuir para o fortalecimento e consolidação das instâncias de participação popular e controle social das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres; Contribuir para o fortalecimento e consolidação das instâncias de participação popular e controle social das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres; Apoiar e realizar eventos, cursos, campanhas, feiras, seminários, encontros e outras atividades referentes ao movimento de mulheres; Desenvolver atividades que contribuam para o rompimento dos ciclos de violência, promovendo a autoestima e autonomia das mulheres.
5.Coordenação de Planejamento e Gestão de Políticas para as Mulheres	Apoiar a formulação e a implementação de políticas públicas de gênero, de forma transversal.	Viabilizar a produção, promover a seleção e aquisição de documentos, vídeos, livros e outros, referentes a saúde e a sexualidade, a violência doméstica e sexual, ao turismo dentre outros temas relacionados a mulher, procedendo a sua organização e disponibilização as mulheres; Sistematizar e manter acervo com informações e dados estatísticos sobre emprego e renda, etnia, saúde, escolaridade, violência e outras questões no que se refere à população feminina; Manter contatos permanentes com órgãos e entidades que desenvolvem ações ou produzem trabalhos científicos com enfoque em gênero, no sentido da obtenção de publicações de interesse da Secretaria; Disseminar informações sobre os serviços e produtos da Secretaria, a partir do subsídios das diversas unidades; Divulgar dados, indicadores e aneis produzidos no âmbito da coordenação, com a utilização de meios analógicos e digitais; Fornecer subsídios ao gabinete para definição e prioridades nos programas interinstitucionais para atuação da Secretaria; Planejar, coordenar e supervisionar, em parceria com a Coordenação de Articulação Institucional e Ações Temáticas, a execução de acordos, conversões de programas intercâmbio e cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos ou privados, nas questões que atingem as mulheres, com vistas à defesa de suas necessidades e de seus direitos; Fornecer subsídios para proposição a outros órgãos da Administração Pública Estadual de atividades e programas relativos à mulher; Acompanhar em articulação com as bancadas femininas, a tramitação de proposições nas instâncias do Poder Legislativos, relacionadas com os direitos das mulheres; Promover as Conferências Territoriais e Estadual de Políticas Para as Mulheres, e parceria com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher-CDDM, com a Sociedade Civil e com o Movimento Social de Mulheres; Exercer a supervisão, o acompanhamento, o

		monitoramento e a avaliação dos planos, programas, projetos e atividades da Secretaria; Apoiar e acompanhar as atividades do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher-CDDM; Acompanhar e monitorar a execução das ações que integram o Plano Plurianual e o Plano Estadual de Políticas Para as Mulheres; Divulgar dados, indicadores e análises produzidas, interna e externamente, referentes à execução de políticas para as mulheres.
6 Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM.	Estabelecer diretrizes e normas relativas às políticas e medidas que visem eliminar a discriminação e garantir condições de liberdade e equidade de direitos para as mulheres, assegurando sua plena participação nas atividades políticas, sociais, econômicas e culturais do Estado.	Formular diretrizes, visando à eliminação das discriminações que atinjam a mulher e promover a sua implementação no âmbito da Administração Direta e Indireta; elaborar estudos e propor o desenvolvimento de programas, projetos e atividades destinados à defesa dos direitos da mulher; assessorar o Poder Executivo Estadual na elaboração e execução de políticas que repercutam sobre os interesses e direitos da mulher; articular-se com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, para acompanhamento e avaliação dos programas federais desenvolvidos no Estado, bem como dos acordos internacionais e legislação pertinente, subscritos pelo Governo Brasileiro e voltados especificamente para a mulher; monitorar, junto aos órgãos competentes, o direito da mulher como direito humano, conforme normativa internacional; estimular, apoiar e desenvolver estudos, pesquisas e debates sobre a condição da mulher baiana, com vistas a corrigir e evitar distorções e discriminações; promover ações, visando à celebração de convênios com organismos públicos e entidades privadas, para pesquisas, publicações, projetos e eventos em torno da temática da mulher, garantindo o acesso do CDDM a todos os dados e aos resultados; instituir e manter atualizado um centro de documentação, onde sejam sistematizados dados estatísticos e científicos, jurisprudência e publicações pertinentes à defesa dos direitos da mulher; promover a edição de publicações sobre a atuação do CDDM e temáticas afins; comunicar aos órgãos próprios o descumprimento referente aos direitos da mulher de que tomar conhecimento; receber, examinar, encaminhar e acompanhar, junto aos órgãos competentes, as denúncias relativas às discriminações da mulher, para as providências cabíveis; incentivar e apoiar a criação de Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher em todo o Estado e acompanhar suas atividades; promover intercâmbio com as organizações e instituições nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, visando a implementação de políticas e programas do Conselho; estimular o desenvolvimento dos movimentos organizados de mulheres, mas sem interferir no conteúdo e orientação de suas ações; promover cursos, seminários e simpósios

		periódicos sobre assuntos de interesse da mulher, difundindo conhecimentos e colhendo sugestões para a atuação do Conselho; elaborar Plano de Ação das atividades do Conselho, submetendo-o à apreciação da Secretária de Políticas para as Mulheres; articular-se com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e demais órgãos e instituições congêneres, para fins de colaboração recíproca no cumprimento dos objetivos comuns; pesquisar sobre as formas de discriminação de gênero e os meios de combatê-las, propondo ao poder público medidas concretas que inibam a prática de qualquer conduta discriminatória contra a mulher; fiscalizar o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher; propor a concessão de incentivos a atividades educacionais, esportivas, culturais e científicas da mulher, sob a forma de bolsas de estudo e de pesquisa, prêmios e outras modalidades; aplicar e difundir os princípios e normas da Convenção Internacional para eliminação das discriminações contra as mulheres e da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, nos termos em que forem ratificadas pelo Governo Brasileiro; elaborar e aprovar seu Regimento Interno, inclusive suas alterações; exercer outras atividades correlatas.
--	--	---

Fonte: Regimento Interno

2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 Análise da execução orçamentária e financeira

Através da Lei 12.212, de 04 de maio de 2011, publicada no DOE de 05 de maio de 2011, que modifica a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, foi criada a **Secretaria de Política para Mulheres – SPM**, esta Secretaria tem por finalidade planejar, coordenar e articular a execução de políticas públicas para as mulheres.

MISSÃO:

Elaborar, propor, articular e executar políticas públicas para todas as mulheres, respeitando suas diferenças, com prioridade para as mulheres em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade social, em todo o Estado da Bahia.

A **Lei nº 13.833 de 11/01/2018**, publicada no Diário Oficial do Estado – DOE, “Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o Exercício Financeiro de 2018” nos termos das normas das Constituições Federal e Estadual e da Lei Nº. 13.727 de 05/07/2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018, compreendendo: Orçamento Fiscal, Orçamento de Seguridade Social e Orçamento de Investimento.

O **Decreto Financeiro Nº 01 de 13/01/2018**, foi publicado no Diário Oficial do Estado – DOE, que aprova a Programação da Execução Orçamentária e Financeira do Poder Executivo, e seus órgãos, entidades e fundos, para o exercício 2018.

O Orçamento inicial incluindo todas as Destinações de Recursos para o exercício de 2018 foi publicado no Diário Oficial do Estado em 11/01/2018 no valor de **R\$8.405.000,00 (oito milhões quatrocentos e cinco mil reais)**, sendo que para Pessoal - R\$3.264.000,00, Custeio - R\$2.025.000,00, Finalística - R\$1.726.000,00 e Projetos - R\$1.390.000,00.

Durante o exercício de 2018 devido as Modificações Orçamentárias relacionadas anteriormente, ocorreram acréscimos no total de R\$1.172.404,00 (um milhão, cento e setenta e dois mil e quatrocentos e quatro reais), finalizando o exercício com o

Orçamento em **R\$9.577.404,00** (nove milhões quinhentos e setenta e sete mil quatrocentos e quatro reais).

- a) **Houve acréscimo com Recursos do Estado Fonte 0.128 e 5.300** no valor de R\$168.849,00 (cento e sessenta e oito mil oitocentos e quarenta e nove reais), que corresponde 2,01% em relação ao Orçamento Inicial.
- b) **Houve redução com Recursos do Estado Fonte 0.100** no valor de R\$727.147,00 (setecentos e vinte e sete mil cento e quarenta e sete reais), que Corresponde 8,66% em relação ao Orçamento Inicial.
- c) **Houve acréscimo com Recursos Federais Fonte 0.131 e 0.331** referente a Convênios no valor de R\$1.730.702,00 (um milhão setecentos e trinta mil setecentos e dois reais), que corresponde 20,60% em relação ao Orçamento Inicial.

Concluimos que o Orçamento de 2018, que é um instrumento de planejamento das ações governamentais, foi encerrado com o valor de **R\$8.060.611,00** (oito milhões, sessenta mil seiscentos e onze reais), sendo a execução com Recursos Estaduais 94,49%, Recursos Federais 55,54%. **Totalizando a execução com o percentual de 84,34%.**

ORÇAMENTO / EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UG	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ORIGEM DOS RECURSOS	ORÇADO FINAL	EXECUTADO	%
0001 DAF	0.100	ESTADUAL	5.664.060	5.393.079	95,22
	0.128		137.400	121.615	88,51
	5.100		0	0	0
	5.300		<u>157.449</u>	<u>115.836</u>	<u>73,57</u>
	5.958.909		5.630.530	94,49	
	0.131	FEDERAL	382.749	9.890	2,58
	0.331		<u>1.718.953</u>	<u>1.157.297</u>	<u>67,33</u>
			2.101.702	1.167.187	55,54
	TOTAL		8.060.611	6.797.717	84,34

TABELA 1 – Execução da receita

R\$1,00

Fonte		Prevista	Atual	Realizada
Código	Descrição			
0.131.100881	TR VOL FEDERAL/DIR - 166/2011	0,00	9.214,00	10.623,32
0.131.100889	TR VOL FEDERAL/DIR - 780197/2012	0,00	0,00	4.064,01
0.131.100915	TR VOL FEDERAL/DIR - 00011/2012	0,00	2.535,00	283.132,17
0.131.101261	TR VOL FEDERAL/DIR - 788534/2013	0,00	0,00	251,23
0.131.101361	TR VOL FEDERAL/DIR - 804840/2014	371.000,00	371.000,00	4.837,02
0.131.101478	TR VOL FEDERAL/DIR - 824614/2015	0,00	0,00	829,51
0.131.101528	TR VOL FEDERAL/DIR - 837306/2016	0,00	0,00	247.990,60
Total		371.000,00	382.749,00	551.727,86

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

TABELA 2 – Execução da despesa por Unidade Orçamentária (UO)

R\$1,00

Unidade orçamentária		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralizações Concedidas
Código	Descrição						
3.34.101	SPM	8.405.000,00	8.060.611,00	6.797.717,28	6.789.194,02	6.713.735,04	233.306,57
Total		8.405.000,00	8.060.611,00	6.797.717,28	6.789.194,02	6.713.735,04	233.306,57

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

TABELA 3 – Execução da despesa por função

R\$1,00

R\$1,00

Função		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
14	Direitos da Cidadania	8.405.000,00	7.631.986,00	6.371.305,36	6.362.782,10	6.287.323,12
Subtotal		8.405.000,00	7.631.986,00	6.371.305,36	6.362.782,10	6.287.323,12
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
28	Encargos especiais	0,00	428.625,00	426.411,92	426.411,92	426.411,92
Subtotal		0,00	428.625,00	426.411,92	426.411,92	426.411,92
Total		8.405.000,00	8.060.611,00	6.797.717,28	6.789.194,02	6.713.735,04

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

TABELA 4 – Execução da despesa por programa

R\$1,00

R\$1,00

Programa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
211	Mulher Cidadã	3.116.000,00	2.475.015,00	1.497.685,72	1.497.685,72	1.497.685,72
Subtotal		3.116.000,00	2.475.015,00	1.497.685,72	1.497.685,72	1.497.685,72
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
502	Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo	5.289.000,00	5.156.971,00	4.873.619,64	4.865.096,38	4.789.637,40
Subtotal		5.289.000,00	5.156.971,00	4.873.619,64	4.865.096,38	4.789.637,40
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
900	Operação Especial	0,0	428.625,00	426.411,92	426.411,92	426.411,92
Subtotal		0,0	428.625,00	426.411,92	426.411,92	426.411,92
Total		8.405.000,00	8.060.611,00	6.797.717,28	6.789.194,02	6.713.735,04

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

TABELA 5 – Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa

R\$1,00

Categoria econômica/ Grupo		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
3.1	Pessoal e Encargos Sociais	3.264.000,00	3.264.000,00	3.014.537,56	3.014.537,56	2.959.212,18
3.3	Outras Despesas Correntes	4.456.000,00	4.378.564,00	3.398.962,30	3.390.439,04	3.370.305,44
Subtotal		7.720.000,00	7.642.564,00	6.413.499,86	6.404.976,60	6.329.517,62
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
4.4	Investimento	685.000,00	418.047,00	384.217,42	384.217,42	384.217,42
Subtotal		685.000,00	418.047,00	384.217,42	384.217,42	384.217,42
Total		8.405.000,00	8.060.611,00	6.797.717,28	6.789.194,02	6.713.735,04

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

TABELA 6 – Execução da despesa por elemento de despesa

R\$1,00

Elemento de despesa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
04	Contratação por tempo determinado	304.000,00	224.000,00	174.307,97	174.307,97	173.120,90
Subtotal		304.000,00	224.000,00	174.307,97	174.307,97	173.120,90
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
08	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	0,00	789,00	788,06	788,06	788,06
Subtotal		0,00	789,00	788,06	788,06	788,06
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.468.000,00	2.399.976,00	2.240.972,67	2.240.972,67	2.218.275,03
Subtotal		2.468.000,00	2.399.976,00	2.240.972,67	2.240.972,67	2.218.275,03
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
13	Obrigações Patronais	480.000,00	576.973,00	553.598,10	553.598,10	522.157,43
Subtotal		480.000,00	576.973,00	553.598,10	553.598,10	522.157,43

Código da Unidade Orçamentária: 34101						
14	Diárias Civil	86.000,00	84.296,00	80.075,00	80.075,00	80.075,00
Subtotal		86.000,00	84.296,00	80.075,00	80.075,00	80.075,00
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	12.000,00	63.051,00	45.658,82	45.658,82	45.658,82
Subtotal		12.000,00	63.051,00	45.658,82	45.658,82	45.658,82
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
30	Material de Consumo	54.000,00	43.962,00	41.856,48	41.856,48	41.781,48
Subtotal		54.000,00	43.962,00	41.856,48	41.856,48	41.781,48
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
33	Passagens e Despesas com Locomoção	163.000,00	197.534,86	174.381,59	174.381,59	174.381,59
Subtotal		163.000,00	197.534,86	174.381,59	174.381,59	174.381,59
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	302.000,00	531.733,00	391.016,54	391.016,54	391.016,54
Subtotal		302.000,00	531.733,00	391.016,54	391.016,54	391.016,54
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
37	Locação de Mão-de-Obra	524.000,00	603.706,00	603.427,14	603.427,14	593.577,37
Subtotal		524.000,00	603.706,00	603.427,14	603.427,14	593.577,37
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.946.000,00	1.593.874,36	820.475,21	811.951,95	801.743,12
Subtotal		1.946.000,00	1.593.874,36	820.475,21	811.951,95	801.743,12
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	0,00	258.865,00	253.245,05	253.245,05	253.245,05
Subtotal		0,00	258.865,00	253.245,05	253.245,05	253.245,05
Código da Unidade Orçamentária: 34101						

41	Contribuições	1.259.000,00	357.453,00	356.301,47	356.301,47	356.301,47
Subtotal		1.259.000,00	357.453,00	356.301,47	356.301,47	356.301,47
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
42	Auxílios	395.000,00	91.000,00	90.535,20	90.535,20	90.535,20
Subtotal		395.000,00	91.000,00	90.535,20	90.535,20	90.535,20
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
46	Auxílio-Alimentação	65.000,00	73.740,00	73.109,79	73.109,79	73.109,79
Subtotal		65.000,00	73.740,00	73.109,79	73.109,79	73.109,79
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
47	Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	101.805,00	76.296,12	76.296,12	76.296,12
Subtotal		0,00	101.805,00	76.296,12	76.296,12	76.296,12
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
49	Auxílio-Transporte	60.000,00	91.990,00	89.366,64	89.366,64	89.366,64
Subtotal		60.000,00	91.990,00	89.366,64	89.366,64	89.366,64
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
52	Equipamento Permanente e Material	287.000,00	313.289,64	281.946,22	281.946,22	281.946,22
Subtotal		287.000,00	313.289,64	281.946,22	281.946,22	281.946,22
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
92	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	23.948,14	23.947,29	23.947,29	23.947,29
Subtotal		0,00	23.948,14	23.947,29	23.947,29	23.947,29
Código da Unidade Orçamentária: 34101						
93	Indenizações e Restituições	0,00	428.625,00	426.411,92	426.411,92	426.411,92
Subtotal		0,00	428.625,00	426.411,92	426.411,92	426.411,92
Total		8.405.000,00	8.060.611,00	6.797.717,28	6.789.194,02	6.713.735,04

Fonte: FG Web Fiapl Gerencial

TABELA 7 – Execução da despesa por Unidade Gestora (UG)

R\$1,00

Unidade Gestora		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralização recebida
Código	Descrição				
0001	Diretoria de Administração e Finanças da SPM - Executora	6.567.324,30	6.567.324,30	6.491.865,32	0,00
Total		6.567.324,30	6.567.324,30	6.491.865,32	0,00

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

TABELA 8 – Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria

R\$1,00

Unidade Gestora		Categoria ⁽¹⁾			
Código	Descrição	Despesas de exercícios encerrados ⁽²⁾	Restos a Pagar com prescrição interrompida ⁽³⁾	Compromissos reconhecidos pela autoridade competente ⁽⁴⁾	Total
0001	Diretoria de Administração e Finanças da SPM – Executora	51.028,06		130.324,95	181.353,01
Total		51.028,06		130.324,95	181.353,01

Fonte: DAF/COFIN

Notas:

⁽¹⁾ Conforme Decreto nº 181-A, de 09/07/1991.⁽²⁾ Despesas para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria.⁽³⁾ São aqueles cancelados, mas ainda vigente o direito do credor.⁽⁴⁾ Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício são aqueles cuja obrigação de pagamento foi criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

3. ÁREA OPERACIONAL

3.1 Avaliação dos resultados da execução das ações orçamentárias/compromisso(s)/programa(s):

3.1.1 Avaliação dos resultados dos indicadores

AÇÃO: 4689 - Funcionamento de Unidade Móvel de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

A Unidade Móvel de Atendimento à Mulher em Situação de Violência é uma das principais ações da SPM. O projeto faz parte do Programa “**Mulher, Viver sem Violência**”, lançado em 2013, através de uma parceria entre o Governo Federal e o Governo da Bahia, e integra as ações de implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

As Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres do Campo foram lançadas na Bahia em março de 2014, como parte das ações de implementação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. São destinadas à execução das atividades inerentes ao enfrentamento à violência contra as mulheres do campo e na floresta, no âmbito dos 27 Territórios de Identidade do Estado da Bahia.

Para a execução de tais atividades, a SPM/BA firmou Termo de Colaboração Técnica e financeira com entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com vistas a planejar e executar as atividades previstas, bem como elaborar e apresentar relatórios dos atendimentos efetuados. Em junho de 2015 foi firmado o Convênio 016/2015, entre o Instituto de Inovação Tecnológica, Gestão e Desenvolvimento Social - IADES e a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado da Bahia. No curso da gestão pelo Instituto, houve a prorrogação de vigência do Convênio nº 016/2015, e atualmente as atividades estão sendo executadas de acordo com o prazo pactuado entre as partes do Termo de Colaboração.

O público-alvo das Unidades Móveis é composto por trabalhadoras rurais, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, extrativistas, pescadoras artesanais, quilombolas e indígenas. A dificuldade de acesso aos

serviços públicos e as más condições de subsistência que caracterizam as condições de vida das mulheres do campo exigem do poder público um conjunto articulado de ações, visando incluir as mulheres a partir de uma percepção ampliada de seus contextos de vida, assim como de suas singularidades, visando efetivar sua condição de cidadã e fortalecer sua autonomia.

Os serviços das Unidades Móveis propõe estimular a aplicabilidade da Lei Maria da Penha no campo, na floresta e nas águas proporcionar o atendimento humanizado, qualificado e integral às mulheres rurícolas e integrá-las aos serviços que compõe a rede de enfrentamento às mulheres em situação de violência, através da integração entre as diversas instâncias, quais sejam, instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, a fim de desenvolver estratégias efetivas de prevenção e de políticas públicas. A ação tem ainda função preventiva, através da promoção de palestras, oficinas e demais atividades de sensibilização sobre a Lei Maria da Penha e sua aplicação.

Em 2018, os roteiros de viagens e as agendas itinerantes dos municípios contemplados pelo Projeto das Unidades Móveis foram selecionados obedecendo aos seguintes critérios: 1- municípios com altas taxas de homicídio de mulheres que já receberam a visita da Unidade Móvel e devem ser revisitados; 2- municípios que implantaram a Ronda Maria da Penha; 3- municípios com maiores taxas de homicídio de mulheres (de acordo com o mapa da violência contra as mulheres e feminicídio no Brasil, lançado em 2015 e o Atlas da Violência de 2018); 4- municípios que apresentaram demandas emergenciais à SPM-BA.

Ressalte-se que durante o ano de 2018 a atuação das Unidades Móveis de Atendimento permitiu a interação efetiva dos diversos serviços de proteção, orientação e promoção da cidadania para as mulheres, em âmbito municipal. Logo, com base nos critérios descritos acima, o Projeto das Unidades Móveis atendeu os seguintes municípios em 2018: Cruz das Almas, Jacobina, Valença, Nazaré, Feira de Santana, Canavieiras, Laje, Santo Amaro, Serra Preta, Capela do Alto Alegre, Riachão do Jacuípe, Mucugê, Abaíra, Bonito, Candeias, Serrinha, Teolândia, Ibotirama, Luiz Eduardo Magalhães, Santa Maria da Vitória, Cachoeira, Araci, Capim Grosso, Castro Alves, Andaraí, totalizando 25 municípios visitados em 13 territórios

de identidade, compreendendo a participação das mulheres rurais de comunidades indígenas, quilombolas e assentadas.

AÇÃO: 5549 – Apoio Técnico e Financeiro à Implantação de Centro Especializado de Atendimento à Mulher em Violência.

Em 2018, a Rede de Atendimento à Mulher Vitima de Violência foi ampliada e qualificada com a inauguração do CRAM de Cabrália; implantação de 05 (cinco) unidades da Ronda Maria da Penha; início da regionalização das Casas Abrigo com assinatura de termo de compromisso entre as prefeituras de Juazeiro, Itabuna, Feira de Santana e Camaçari. O município de Salvador não aderiu à política de regionalização de abrigamento implementada pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHDS; qualificação técnica de integrantes da Rede de Enfrentamento em nove territórios; qualificação de equipe de 10 CRAMs; início da qualificação de profissionais do Hospital da Mulher e da Polícia Civil.

Ressaltamos que a implantação do CRAM de Santa Cruz Cabrália é um marco, uma vez que é o único no país voltado, preferencialmente, para o atendimento às mulheres indígenas e coordenado por uma mulher indígena. O equipamento é resultante de parceria com a administração municipal, com recursos oriundos de Convênio Federal, vinculado à Emenda Parlamentar.

Meta Produto 6 – Implementar política de ações educativas sobre direitos das mulheres e prevenção à violência de gênero (Programa 212 – Educar para Transformar)

A Campanha Quem Ama Abraça é uma ação destinada a levar para a sala de aula informações, reflexões e debate sobre as múltiplas formas de discriminação e violência contra meninas e mulheres, de forma a desnaturalizá-las e, conseqüentemente, provocar mudanças em direção a uma sociedade onde as relações entre os sexos sejam mais justas e paritárias.

De forma mais ampla, essa ação pretende estimular uma atitude de respeito para com todos os tipos de diversidade: de gênero, de raça, de credo religioso, etc., incentivando uma cultura de paz.

A Campanha foi lançada como uma das ações do Pacto de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, coordenado pela então Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, em 2013, e foi concebida pela REDEH (RJ) e pelo Instituto Magna Mater (AL).

A Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia e a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, tomaram a importante iniciativa de trazer, em parceria, essa campanha à rede estadual de ensino fundamental, tendo como público alvo educadoras(es) e estudantes do 2º ciclo do ensino fundamental da rede estadual. A execução da Campanha Quem Ama Abraça teve início no ano de 2016 e ampliou em 2017 e também em 2018 durante o Novembro Negro e os 21 Dias de Ativismo, o projeto Quem Ama Abraça realizou pela primeira vez ações nas escolas quilombolas. No total, 70 escolas foram contempladas, envolvendo 419 educadores e 5.101 estudantes. As ações consistiram em roda de conversa com os professores, exposição e debate com estudantes.

Vale ressaltar que o amplo acolhimento e repercussão do projeto resultaram em inúmeros convites de municípios para serem contemplados, inclusive por parte da rede municipal de educação para a execução do projeto também nessas unidades. Sugestões foram dadas no sentido de ampliação da ação aos pais de estudantes.

AÇÃO: 5557- Apoio Técnico-Financeiro na Implementação de Projetos Produtivos com Inclusão Socioeconômica de Mulheres.

O **Projeto Marisqueiras com Orgulho, Quilombolas para Sempre**, visa a implementação da ostreicultura em sistemas familiares nas comunidades de Capanema e Baixão do Guaí, localizadas na Reserva Extrativista - RESEX Baía de Iguaçu, Maragogipe - Bahia. O objetivo é gerar uma alternativa econômica viável para as famílias de marisqueiras da região, as quais são afetadas pela atual escassez dos estoques de ostras e lambretas no estuário da reserva, e contribuindo para a autonomia financeira destas mulheres que, em sua maioria, são chefes das famílias. Por outro lado, ao reduzir a mariscagem em ambiente livre, o ecossistema

terá chance de recuperar os estoques naturais destes mariscos. Logo, este projeto possui impactos sociais e ambientais. O projeto é uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia em parceria com Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza, Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, a Fundação Vovó do Mangue, a Rare Brasil e a Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape/ICMBio.

Prestamos assistência técnica com monitoramento à captação de recurso para a compra de um terreno onde será construída a associação. Indicamos o edital da CONSUL onde foram contempladas com o valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) que foram investidos em infraestrutura (aquisição de EPI's para comercialização), eletrodomésticos (01 freezer e 01 depuradora) e dois anos de assessoria e apoio na gestão de negócios.

Mariquilombo, um dos empreendimentos do projeto Marisqueiras, foi um dos empreendimentos femininos vencedores do prêmio Consulado da Mulher, conquistando o paladar de renomados chefes baianos e, em 2018, ganhou ainda mais visibilidade com o Prêmio Barra Mulher.

Em março de 2018, o Prêmio Barra Mulher homenageou pela primeira vez em nove edições um coletivo de mulheres, dando destaque ao cooperativismo no universo da produção feminina. Ao lado de nomes como as cantoras Margareth Menezes e Virgínia Rodrigues, as marisqueiras do Mariquilombo foram premiadas como “exemplo do empreendedorismo feminino que engrandece comunidades”. A cerimônia de premiação aconteceu no dia 7 de março.

Outra importante conquista para o coletivo Mariquilombo foi o aluguel de uma casa que serve ao mesmo tempo de sede para a Associação – que leva o mesmo nome do grupo – e de local de trabalho. Desde fevereiro de 2018, as marisqueiras possuem uma casa em Capanema, alugada graças ao apoio da SPM-BA. Neste espaço, estão guardados todos os equipamentos necessários para o funcionamento do cultivo, incluindo uma depuradora no valor de R\$18 mil, adquirida também a partir de parceria com a SPM-BA e CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional.

O Projeto **“Casas de Farinha Móveis”** tem origem em convênio firmado entre as Secretarias Estadual de Políticas para as Mulheres da Bahia e a de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, através de Emenda Parlamentar. Com objetivo de atender as mulheres da zona rural do estado da Bahia, o projeto visa promover a autonomia econômica direta destas mulheres, através da cidadania e qualificação, oferecendo oficinas de formação. Desta forma, são disponibilizadas micro indústrias integradas em um caminhão para fabricação de farinha.

Na perspectiva da autonomia financeira, além da capacitação para manuseio do equipamento, as mulheres dessas comunidades participaram do curso de formação com abordagem dos seguintes temas:

Gestão econômica, financeira, administrativa e de pessoal; Políticas públicas para as mulheres rurais; Prevenção e enfrentamento à violência e Diferentes formas de organização, processos, instrumentos e custos.

Desde 2015 foram entregues 12 (doze) unidades de Casa de Farinha Móveis, sendo 11 (onze) adquiridas com recursos de convênios vinculados a emendas parlamentares, e uma com recursos do FUNCEP – Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza. A política de autonomia e empoderamento das mulheres é um viés relevante de enfrentamento à violência para a SPM-BA. Com o projeto Casa de Farinha Móvel, a SPM-BA realiza várias ações, além da entrega do equipamento: qualificação em gestão econômica, financeira, administrativa e de pessoal; políticas públicas para as mulheres rurais; prevenção e enfrentamento à violência; diferentes formas de organização e processos.

Para o ano de 2019 já estão asseguradas: quatro casas de farinha móvel (somente entrega), com recurso do FUNCEP – Fundo de Combate a Pobreza para comunidades quilombolas; 06 casas de farinha móvel (entrega e formação), com recurso da primeira parcela de emendas parlamentares.

Nessa mesma perspectiva contamos ainda com possibilidade de entrega para 2019, aguardando liberação do recurso de duas casas de farinha móvel captadas pela SPM-BA, em edital de chamada pública, e cinco casas de farinha móvel que serão adquiridas com a liberação da segunda parcela de emenda parlamentar.

Esta ação visa proporcionar a melhoria da qualidade de vida, por intermédio do incentivo à produção, comercialização e consumo de alimentos saudáveis, bem como se destaca como uma ação de estímulo à produção de alimentos e geração de renda articulada e transversal na promoção da segurança alimentar e nutricional, e o fortalecimento das ações de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres do campo.

Com a qualificação recebida pela SPM-BA as trabalhadoras rurais compreenderam a importância de usar, de forma benéfica e produtiva, a mandioca transformando-a em fonte de renda. A melhoria na condição de vida é visível, tanto na geração de renda que é garantida por vários meses quanto na elevação da autoestima, uma vez que as mulheres, segundo relatos, antes se achavam incapazes de gerir e levar à frente uma unidade de produção. Hoje as mulheres estão gerindo o negócio de produção e comercialização de derivados da mandioca. Com o recurso das vendas já adquiriram equipamentos que proporcionam a melhoria da produção e da renda das associadas.

AÇÃO: 5558 - Apoio a Projeto de Empoderamento Social, Econômico e Cultural da Mulher.

O Convênio nº: 763486/2011 - INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS – PROJETO MARGARIDAS firmado entre o Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA e o Governo do Estado, através da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM cujo objetivo é promover a cidadania, autonomia econômica e social e a prevenção e enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres do campo.

O projeto desenvolve ações de promoção da autonomia das mulheres trabalhadoras rurais (agricultoras familiar, quilombola, assentada, artesãs, doceiras, dentre outros) nos 27 territórios de identidade do Estado, ampliando o universo de possibilidades relacionado a conhecimentos técnicos, a melhoria de produtividade, a geração de renda e, ainda da qualidade de vida pessoal, familiar e profissional.

Em 2018 foram realizadas a compilação e análise preliminar dos dados do Mapeamento de Grupos Produtivos de Mulheres que laboram nos diversos

segmentos da área rural. Foram mapeados 401 grupos em 12 territórios, abrangendo 143 municípios com 14.086 pessoas envolvidas no processo.

O mapeamento evidenciou a diversidade produtiva, pontos onde a política pública pode avançar e demonstrou o interesse do poder público para com as mulheres do campo vislumbrando perspectivas de abertura de espaços de comercialização de produtos, de intercâmbio de informações e novas perspectivas de alavancar seus negócios.

Resumo Mapeamento:

- A participação das mulheres representa 66,7 % e em sua maioria são elas que estão fazendo a gestão do negócio.
- Muitos são negócios pequenos, com baixo retorno financeiro e carecem de suporte técnico, treinamento, equipamentos e até mesmo instalação física e capital de giro para alavancar a produção, sendo estas as menções mais constantes. Muitos funcionam nas casas das integrantes dos grupos.
- A comercialização está centrada, em sua maioria, na individualidade e é realizada em feiras, mercados, porta a porta, feiras de agricultura e agroecológica, restaurantes, festivais e programas do governo. Já existem, entretanto, pequenas associações e cooperativas e, ainda, os comitês que se ajudam e ampliam as vendas em blocos maiores.
- Constata-se que os grupos têm o apoio dos programas governamentais e são poucos os que conseguem obter retorno financeiro, que viabilize o negócio e possibilite a sustentação das pessoas participantes dos grupos.
- Os grupos produtivos atuam em segmentos diversos: artesanato, cultivo e beneficiamento da mandioca, milho e frutas, cultivo e venda de flores, hortifruticultura, caprinocultura, comercialização de produtos agrícolas, laticínios, produção e venda de alimentos manufaturados.

Execução do Convênio 770559/2012 (Novos olhares, novos tempos: Fortalecendo e Ampliando as Políticas Públicas para as Mulheres da Bahia).

Projeto Novos Olhares, Novos Tempos: Fortalecendo e Ampliando as Políticas Públicas para as Mulheres da Bahia - em sua etapa 1.3: Seminários técnicos para o

fortalecimento dos equipamentos nos 27 territórios de identidade que pertencem à ação 5558 – Apoio a Projeto de Empoderamento Social, Econômico e Cultural da Mulher, previsto no Plano Plurianual do Estado da Bahia – PPA que compõe a execução do Convênio Federal n.º 770559/2012 (011/2012) e tem como objetivo mobilizar, fortalecer e ampliar os organismos de políticas para as mulheres e equipamentos públicos dos territórios.

O Seminário foi elaborado para formação de gestoras(es) e profissionais que atuam nas redes de atendimento à mulher em situação de violência e propõe-se em abordar temas relacionados a políticas públicas nacionais e estaduais para Mulheres, ações de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar, paridade entre homens e mulheres, considerando a diversidade étnica e as diferentes classes sociais.

O projeto encontra-se em execução e será realizado inicialmente em 16 (dezesseis) territórios de Identidade da Bahia, e em 2018 foram realizados nove seminários, atendendo a 396 gestoras municipais.

AÇÃO: 4675 - Funcionamento do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - CDDM.

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM) foi criado junto à Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-BA), em 04 de maio de 2011, através da Lei 12.212. São integrantes titulares do Conselho: Secretária de Políticas para as Mulheres; 06 (seis) servidoras estaduais, representantes das seguintes Secretarias: Promoção da Igualdade Racial; Educação; Saúde; Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social; Trabalho, Emprego, Renda e Esporte; Segurança Pública; e 12 (doze) representantes da sociedade civil, sendo: 05 (cinco) integrantes de organizações de mulheres, legalmente constituídas; 02 (duas) de notória atuação na luta pela defesa dos direitos da mulher; 01 (uma) da comunidade acadêmica vinculada ao estudo da condição feminina; 01 (uma) das trabalhadoras rurais; 01 (uma) das trabalhadoras urbanas; 01 (uma) das mulheres negras; e 01 (uma) indígena. O CDDM tem a finalidade de estabelecer diretrizes e normas relativas às políticas e medidas que visem eliminar a discriminação às mulheres, garantindo condições de liberdade e equidade de direitos para as mulheres, assegurando sua

plena participação nas atividades políticas, sociais, econômicas e culturais do Estado. Trata-se de espaço importante de participação e controle social e que colabora para a efetiva capilaridade da política no Estado. As reuniões do Conselho ocorrem mensalmente em Salvador.

Durante o ano de 2018 foram convocadas seis reuniões ordinárias, com quórum em três delas. O CDDM participou, com destaque, da construção do Plano Municipal de Políticas Públicas de Eunápolis.

AÇÃO: 5824 - Realização de Evento de Promoção dos Direitos das Mulheres.

O **projeto “Fala Menina!”** é voltado para jovens negras (os), e tem como objetivo debater temáticas atuais, que estejam relacionadas ao empoderamento feminino, a partir da visão e ideias da juventude. Na terceira edição do projeto Fala Menina, realizada em 2018, trouxe a Salvador a rapper paulista MC Sofia, que participou de uma roda de conversa com estudantes do Colégio Central.

O **projeto Mulher com a Palavra** é uma realização da SPM-BA com a Maré Produções Culturais, com patrocínio da Bahiagás e apoio da Secretaria de Cultura da Bahia, através do TCA e da Fundação Cultural do Estado da Bahia, e do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, através da TVE e da Rádio Educadora FM. Na primeira edição de 2018, a escritora Conceição Evaristo e a cantora Karol Conka abriram o evento, na sala principal do TCA. O segundo encontro reuniu a cantora Gaby Amarantos e a atriz e cantora Zezé Mota.

No mês de outubro de 2018, três baianas: a jornalista Rita Batista recebeu a também jornalista e influencer Maíra Azevedo, a Tia Má, e a cantora Daniela Mercury para falar sobre direitos humanos, liberdade e as diversas formas de feminismo.

Na última edição de 2018, o 'Mulher com a Palavra' recebeu o trio de pensadoras do feminismo negro brasileiro para encerrar o terceiro ano do projeto. Com o tema #feminismos, a filósofa Djamila Ribeiro, a assistente social e pesquisadora de gênero Carla Akotirene e a urbanista e escritora Joice Berth - as três autoras da coleção Feminismos Plurais - conversaram com o público baiano.

A última edição do ano marcou a abertura das atividades dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, convocado pela ONU há quase 30 anos. Os 21 dias começam no Brasil no dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, e se encerra no dia 10 de dezembro, Dia Mundial dos Direitos Humanos.

As transmissões do projeto pelo Facebook via TVE Bahia, no ano de 2018, foram visualizadas por 88,5 mil pessoas, com alcance de 287 mil pessoas. O maior número de visualizações, alcance e interações foi obtido na primeira edição do ano passado com Conceição Evaristo e Karol Conka, quando a transmissão foi visualizada por 48 mil pessoas, com 160 mil pessoas alcançadas, sendo 44% da Bahia, 13% de São Paulo e 9% do Rio de Janeiro.

Outubro Rosa: O mês de outubro é conhecido internacionalmente como o mês de conscientização e estímulo ao diagnóstico e prevenção do câncer de mama. A Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres da Bahia realiza anualmente uma série de ações com intuito de fortalecer o movimento internacional.

Campanha Respeita as Mina - Iniciada como Campanha “Respeita as Mina” contra o assédio no Carnaval de Salvador, a iniciativa se transformou, também, na estratégia de gestão *Respeita As Mina* para enfrentamento à violência contra as mulheres. A estratégia tem a SPM-BA como núcleo gestor, interligando ações de iniciativa dessa secretaria com ações transversais do governo, de outros órgãos do Estado e da sociedade, promovendo o trabalho em rede, com a finalidade de enfrentar a violência de gênero.

A estratégia de gestão tem em sua concepção: 1- o reforço às ações de iniciativa específica da SPM-BA, com recursos próprios; 2 - ações que se reportam à transversalidade das políticas intersetoriais com outras secretarias e órgãos do estado em âmbito municipal, estadual e federal; 3 - parcerias com instituições e organismos nacionais e internacionais; 4 - ação em rede com todos os organismos do Estado e da sociedade voltados para a atenção às mulheres em situação de violência e para a promoção da equidade de gênero. Essas ações envolvem escolas e municípios, em especial os municípios da Bahia incluídos no Mapa da Violência 2015, editado pela ONU Mulheres/OPAS/OMS/SPM-PR/FLASCO. Os recursos são

oriundos de fonte estadual, de convênios federais, envolvendo programas e emendas parlamentares, além de recursos da iniciativa privada.

A Caravana Respeita as Mina é destaque percorrendo municípios e escolas em parceria com as prefeituras, desenvolvendo oficinas com a juventude, sociedade civil e órgãos em âmbito municipal que integram a Rede de Atenção às Mulheres em Situação de Violência. A estratégia Respeita as Mina também envolve campanhas publicitárias de sensibilização na mídia externa e na internet.

A SPM-BA desenvolve ações de inclusão produtiva das mulheres, uma vez que um dos elementos chaves do enfrentamento à violência é a autonomia econômica e social das mulheres. Um dos mais relevantes projetos, em parceria com Governo Federal, o Projeto Margaridas foi finalizado em 2017. Em 2018, a SPM-BA buscou otimizar os dados do mapeamento de grupos produtivos de mulheres e de capacitação em 12 territórios de identidade, visando fortalecer esses núcleos produtivos e o escoamento dos produtos ofertados por eles, bem como colaborar para o fortalecimento e construção da rede de empreendimento, articulação política e social das entidades dirigidas por mulheres da zona rural, quilombolas e assentadas. A Bahia está entre os poucos estados que concluiu as ações do projeto que proporcionou o apoio da SPM-BA às iniciativas das mulheres rurais por intermédio de grupos produtivos de mulheres e da capacitação em 12 territórios de identidade.

Pelo segundo ano, a Campanha Respeita as Mina, foi à rua no carnaval. A Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres da Bahia (SPM-BA) preparou uma série de ações que visaram desde a conscientização até o acolhimento de mulheres vítimas de violência durante a festa. A diferença entre o assédio e a paquera saudável foi o mote da campanha Respeita as Mina para o Carnaval 2018. Frases como “Cantada pode, assédio não. Olhar pode, constranger não. Na boa pode, à força não”, foram trabalhadas durante todos os dias da festa para mostrar o que pode e não pode, sempre respeitando a vontade da mulher.

Mais do que diversão, o trio Respeita as Mina, puxado pelas baianas Larissa Luz, Pitty e Karina Buhr, foi uma oportunidade para dialogar com milhares de pessoas sobre algo tão importante e urgente na sociedade: o fim da violência contra as

mulheres e o combate ao machismo. Durante a apresentação do trio pipoca na segunda-feira, no Campo Grande, as cantoras chamavam a atenção para o respeito com as mulheres.

Pela primeira vez, a SPM-BA esteve nos circuitos da festa com as unidades móveis de atendimento às mulheres. A iniciativa serviu para acolher mulheres vítimas de violência física e sexual e prestar orientação à população. Em parceria com o Hospital da Mulher, uma unidade ficou localizada na Ondina. A outra, na Praça Municipal, em parceria com a Ronda Maria da Penha. Neste ano, as ações da campanha Respeita as Mina foram ampliadas com a conscientização em hotéis, pousadas, hostels e albergues, instalados no circuito Barra-Ondina e Pelourinho. A SPM-BA firmou uma parceria com a Associação Baiana da Indústria de Hotéis (ABIH) para conscientizar os hóspedes sobre questões referentes à violência de gênero e o combate ao tráfico de mulheres.

Outra novidade foi a visita aos postos de saúde localizados nos circuitos, que reforçou a importância em envolver todos os setores da sociedade no combate à violência contra a mulher. As ações de sensibilização nos postos integrados das polícias Civil e Militar e nos pontos receptivos como Rodoviária, Terminal de São Joaquim, Porto e Aeroporto de Salvador aconteceram como em outros anos, além da ativação em blocos, camarotes e nos portais de entrada de foliões.

Durante a festa, a Rede de Atenção às Mulheres em Situação de Violência (Defensoria Pública, Ministério Público, Ronda Maria da Penha, Tribunal de Justiça, Hospital da Mulher, DEAMs) esteve articulada com o intuito de acompanhar casos de violência contra as mulheres. A SPM-BA firma todos os anos parceria com a Secretaria de Segurança Pública e com a rede para garantir o acolhimento adequado e o atendimento mais rápido e humanitário às mulheres em situação de violência.

Antes do Carnaval, a SPM-BA realizou reunião com integrantes da rede para chamar a atenção para a importância em fortalecer o contato durante a festa. A iniciativa serviu para melhorar ainda mais a comunicação dos agentes envolvidos. De acordo com a Defensoria Pública, cinco medidas protetivas para mulheres em situação de violência foram expedidas no período do Carnaval.

Equipes da SPM reforçaram o atendimento na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), de Brotas, com equipe de psicóloga e assistente social por turno. Haverá visitas também aos postos integrados das polícias civil e militar localizados nos circuitos da festa.

A SPM-BA, em parceria com o Instituto Avon, Bahiagás e ONU Mulheres, obteve uma divulgação nacional da campanha Respeita As Mina. A campanha envolveu artistas a exemplo de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Ivete Sangalo, Saulo, Margareth Menezes, Juliana Ribeiro, Márcia Short, Luís Caldas, Ivan Huol, blocos de carnaval, camarotes, programas de emissoras de rádio e televisão e a mídia digital (blogs, sites e rede sociais). Foram produzidos adesivos, ventarolas, camisetas, tatuagens e bandanas, com informações sobre o combate à violência contra as mulheres no período de Carnaval, além de folheteria bilíngue sobre a violência de gênero e informações de como denunciá-la.

Em 2018 a Campanha Respeita as Mina ganhou novas motivações voltadas para o público, a exemplo dos cartões PODE/NÃO PODE, utilizados, pela primeira vez, no lançamento do Carnaval 2018, com ampla receptividade do público. A campanha trouxe frases para esclarecer aos foliões atitudes e comportamentos muitas vezes naturalizados no cotidiano e principalmente no Carnaval, mas que caracterizam o assédio. “Paquerar pode, assédio não pode. Olhar pode, constranger não pode. Na boa pode, à força não pode”. Os cartões proporcionaram ações de sensibilização, de forma divertida, esclarecendo para a população a diferença entre a paquera saudável e o assédio sexual. Com o mote #Carnavalsemassédio, a campanha tomou conta das ruas durante a folia, com a adesão de artistas e foliões. A campanha teve também outdoors espalhados pela cidade, ações de sensibilização nos circuitos do Carnaval e em terminais de passageiros, hotéis e postos de informação turística, em parceria com a Secretaria de Turismo e a Rede de Hotéis.

No São João, a campanha Respeita as Mina foi desenvolvida pela primeira vez em 2017 e repetida em 2018, envolvendo quatro municípios: Amargosa, Cruz das Almas, Senhor do Bonfim e Uauá, além da adesão espontânea dos municípios de Jaguarari e Santo Amaro. Com ação efetiva em parceria com a SECOM-BA, a campanha contou com outdoors nos quatro municípios e trabalho voluntário para a

distribuição de adesivos de peito e folheteria sobre violência de gênero nas cidades de Cruz das Almas, Jaguarari e Senhor do Bonfim. A ação voluntária foi efetiva envolvendo artistas que se apresentaram durante o São João com patrocínio do Governo do Estado.

“POR UMA VIDA SEM VIOLÊNCIA” – ARTICULANDO E AMPLIANDO AS AÇÕES CULTURAIS E EDUCATIVAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:

O projeto tem como objetivo geral apoiar iniciativas de grupos e organizações da sociedade civil em ações de prevenção à violência contra as mulheres na Bahia em acordo com os resultados do estudo e diagnóstico de viabilidade econômica dos grupos/organizações de mulheres selecionados em 2017. Em 2018, o projeto promoveu cursos de qualificação e gestão de negócios para as integrantes dos grupos. Foram ministradas oficinas com as seguintes temáticas: Violência contra as Mulheres – todas as formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha; Relações de gênero no mundo do trabalho; poder, participação e autonomia das mulheres; O movimento de mulheres na perspectiva do controle social e na participação efetiva das mulheres na implementação de política pública, assim como Orçamento público, Empreendedorismo, Formas Associativas: Associações; Cooperativas e Economia solidária.

Foram capacitadas 250 mulheres, beneficiárias diretas do Projeto.

PROJETO “VALENTE NÃO É VIOLENTO”

O Projeto “Valente não é Violento” é uma iniciativa da campanha UNA-SE pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, da Secretaria Geral das Nações Unidas, que conta com o envolvimento de todas as agências da ONU e é coordenada pela ONU Mulheres. O objetivo é estimular a mudança de atitudes e comportamentos dos homens e meninos, enfatizando a necessidade do seu envolvimento pelo fim da violência contra as mulheres e meninas em todas as partes do mundo.

A iniciativa é desenvolvida pela SPM-BA, em parceria com a ONU Mulheres, e com o apoio da Secretaria de Educação do Estado da Bahia e busca a implementação na base curricular de temáticas voltadas para se repensar atitudes e comportamentos sexistas, estimulando e fomentando relações de equidade entre homens e mulheres.

O projeto piloto se iniciou em 2018 com o desenvolvimento de Seminário de Qualificação para educadoras e educadores que atuam da Rede Escolar Estadual, bem como alunas e alunos matriculados no presente ano letivo.

Os municípios de Camaçari e Juazeiro foram os primeiros municípios a serem contemplados pelo Projeto no Estado da Bahia, com o intuito de planejar a implementação do currículo “O Valente Não é Violento”.

Na região de Juazeiro, os resultados dos Planos de Aulas desenvolvidos pelos Docentes com a aplicação do Currículo “Valente Não é Violento” ocorreu em dezembro de 2018, quando contou com a presença da Secretária da SPM-BA, Julieta Palmeira; da Coordenadora da ONU Mulheres, Carolina Ferracini, autoridades municipais de Juazeiro/BA e representantes do Núcleo Territorial de Educação da Secretaria de Educação.

Um dos relevantes resultados foi a articulação da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres de Juazeiro/BA, além de proporcionar que os educadores e estudantes tivessem conhecimento sobre a estrutura da Rede local, a fim de assegurar os direitos e garantias de meninas e mulheres em situação de violência.

PUBLICAÇÕES:

Publicação Recortes Sociais – Mulheres chefas de família

Em 2018 a SPM-BA lançou algumas publicações, uma delas em parceria com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI). Com o objetivo de contribuir para o planejamento e implementação de políticas públicas que contemplem a diversidade de arranjos familiares, a SPM-BA e a SEI lançaram uma publicação inédita sobre famílias monoparentais na Bahia, que são famílias compostas por mãe solteira, separada, divorciada ou viúva, e seus filhos (as). A publicação “Mulheres chefas de família – Perfil da monoparentalidade feminina na Bahia” é a primeira da nova série de publicações da SEI denominada “Recortes Sociais”.

Revista Terra Mãe

Mais uma vez a SPM-BA contribuiu com a Revista Terra Mãe, publicada anualmente pelo governo da Bahia destacando as suas principais realizações em seus sete anos.

Livro - Mulheres: diversidade e direitos humanos

O livro reúne seis artigos que abordam diferentes dimensões da violência contra as mulheres e direitos humanos das mulheres. São tratadas questões como autonomia e empoderamento, tráfico humano, racismo, sexismo e direitos das mulheres. O livro foi lançado por meio de convênio federal entre a SPM-BA e a Secretaria Especial de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania.

Jogo do Espelho

O Jogo do Espelho foi produzido (layout e impressão) por iniciativa da SPM-BA e concebido pela Ronda Maria da Penha. O jogo está sendo distribuído entre os órgãos que compõem a rede de atenção às mulheres em situação de violência para apoiar o acolhimento a essas mulheres e contribuir para o reconhecimento da violência doméstica e familiar e do que fazer quando ela se apresenta.

AÇÕES NAS REDES SOCIAIS

Como parte da Campanha Respeita as Mina, algumas criações para as redes sociais se mantiveram em 2018, devido o sucesso e a aceitação do público, a exemplo dos cards da campanha #HistoriasInterrompidas, que denunciavam os casos de feminicídio ocorridos na Bahia.

Outros cards novos foram criados a exemplo da série "Mulheres Inventoras", que divulgam importantes descobertas feitas por mulheres; "Não é amor!", que mostra atitudes e comportamentos naturalizados pelo machismo, buscando chamar a atenção para a violência dos mesmos. E os cards "Significados", que explicam termos e palavras utilizados pelo movimento feminista.

Em 2018, alguns cards atingiram alcances significativos nas redes sociais, um deles com alcance orgânico (não patrocinado). O card referente ao Dia de Luta por uma Educação não Sexista e não Discriminatória, criado pela Ascom da SPM-BA

alcançou, espontaneamente (sem patrocínio) quase meio milhão de pessoas na rede social Facebook. Outras iniciativas de sucesso foram vídeos da campanha Respeita as Mina no Carnaval, produzidos com a temática do Pode/Não Pode, que atingiram juntos (os 5 vídeos) 667 mil pessoas.

OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Sessão Especial 7 Anos da SPM-BA

Sessão especial na Assembleia Legislativa da Bahia em comemoração aos 7 anos da SPM-BA com a participação de sete vozes (cantoras) e a presença das ex-secretárias de políticas para as mulheres. Na ocasião, houve o lançamento do livro “Mulheres: diversidade e direitos humanos”.

Ato Cultural Conceição Evaristo na ABL

Numa homenagem a mais importante escritora negra da atualidade, a SPM-BA promoveu como parte das comemorações do mês de Julho e da Campanha Respeita as Pretas, um ato cultural em defesa da candidatura de Conceição Evaristo à ABL. Realizado em parceria com a Bahiagás, o ato cultural teve como objetivo apoiar Conceição Evaristo, como exemplo de protagonismo da mulher negra.

FLIGÊ 2018

Também pela primeira vez, a SPM-BA participou da Feira Literária de Mucugê (Fligê). Assim como a Flica, a Fligê homenageou a escritora mineira Conceição Evaristo. A SPM-BA levou ao município a Unidade Móvel do projeto Mulher Viver Sem Violência e visitou a comunidade Caraíbas/Fazenda Ibicoara para conhecer os times de futsal feminino e as ações sociais desenvolvidas na localidade. A secretária Julieta Palmeira participou da mesa literária III com o tema Literatura, gênero e política. A mesa teve a participação também da professora da UFBA, Linda Rubim.

FLICA 2018

Pela primeira vez, a SPM-BA participou da Casa do Governo na Feira Literária de Cachoeira (Flica). A SPM-BA promoveu debate sobre Literatura, gênero e política com a participação de Conceição Evaristo e da socióloga Mary Castro. A secretaria também levou ao município a Unidade Móvel do Programa Mulher Viver sem Violência para orientações às mulheres em situação de violência, além de montar um stand para exibição de vídeos e distribuição de material informativo (cartilhas da Lei Maria da Penha, folders e praguinhas).

Projeto Mulher Olho de Peixe: participação no projeto Mulheres Olho de Peixe, realizado pelo Grupo de Pesquisa em Gênero e Tecnologias Digitais e Cultura da Faculdade de Comunicação da UFBA, voltado para inserir as mulheres na produção de conteúdo digital e para o combate à violência na internet.

Respeita As Mina no Esporte: ação em parceria com o Esporte Clube Bahia, as tricoloucas (torcida organizada feminina) e as tricolíderes (animadoras de torcida) para marcar os 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. Cards, ação no estádio, veiculação de vídeo, coreografia com ampla divulgação nas redes sociais do Bahia e das torcidas.

QUADRO 3 – Evolução anual dos indicadores do(s) programa(s)

Indicador ⁽¹⁾	Unidade de medida	Índice de referência	Data de referência	Aferido				Índice esperado quadriênio (PPA 2016-2019)
				1º ano (2016)	2º ano (2017)	3º ano (2018)	4º ano (2019)	
Programa								
211 - Número de beneficiárias nas ações de assistência à mulher e de prevenção à violência	un	0,00	2015	4.617	10.490	8.462		
211 - Número de mulheres trabalhadoras rurais com a cessão à Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	un	0,00	2015	0,00	19.936,00	43.011,00		
211 - Número de organizações e organismos de políticas para mulheres apoiados	un	0,00	2015	02	03	03		
211 - Proporção dos empreendimentos apoiados pela SPM, que são dirigidos por mulheres	%	0,00	2015	61,53%	60%	69,23%		
Programa								

Fonte :FIPLAN

QUADRO 4 – Outros indicadores de desempenho utilizados pela UJ

Outros Indicadores utilizados ⁽¹⁾	Unidade de medida	Índice de referência	Data de referência	Aferido			
				1º ano (2016)	2º ano (2017)	3º ano (2018)	4º ano (2019)
Programa							
Programa							

Fonte:

Nota: Não se aplica.

⁽¹⁾ Outros indicadores, que não estão no PPA, utilizados pela UJ para avaliação de desempenho.



3.1.2 Avaliação dos resultados das metas dos compromissos

Avaliamos que o cumprimento das metas e sua evolução deve-se ao trabalho realizado através de diversas ações relativas à prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres e do empoderamento e autonomia das mulheres no Estado da Bahia; seja com recursos próprios ou através de parcerias.

Programa 211:

Programa 211 Compromisso 1 – Ampliar oportunidades de negócios para mulheres com foco nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, Meta 1 - Realizar ações de oportunidade de negócios em ciência, tecnologia e inovação, com foco no público feminino. Meta conforme previsto.

Programa 211 Compromisso 1 - Ampliar oportunidades de negócios para mulheres com foco nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, Meta 2 - Ampliar oportunidades de negócios para mulheres com foco nas áreas de ciência, tecnologia e inovação. Meta acima do esperado em virtude de outras parcerias firmadas.

Programa 211 Compromisso 2 - Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência, Meta 1- Realizar em territórios ações de assistência e prevenção à violência contra a mulher. Meta acima do esperado em virtude de outras parcerias firmadas.

Programa 211 Compromisso 2 - Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência, Meta 2- Assegurar unidades fixas para atendimento de mulheres em situação de violência. Ação não prevista, autorizada e implementada a partir do uso de rendimentos de convênio federal.

Programa 211 Compromisso 3 - Promover a autonomia social e econômica da mulher, Meta 1 - Assistir mulheres com ações de promoção de autonomia social e econômica. Meta abaixo do esperado em decorrência de encerramento de convênios federais e falta de liberação de parcelas de recursos de convênio.

Programa 211 Compromisso 4 - Promover a transversalização da temática de gênero e suas intersecções na gestão e execução das políticas públicas, Meta 1 – Assegurar o funcionamento regular do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher da Bahia. Meta de natureza contínua conforme previsto.



Programa 211 Compromisso 4 - Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas, Meta 2 - Implantar sistema de monitoramento e avaliação de políticas públicas para mulheres. Meta não programada na LOA 2018, meta conforme previsto.

Programa 211 Compromisso 4 - Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas, Meta 4 – Realizar Conferência Estadual de Políticas para Mulheres. Meta não programada na LOA 2018, meta conforme previsto.

Programa 211 Compromisso 4 - Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas, Meta 5 – Apoiar técnica e financeiramente a criação de conselhos e outras organizações municipais dos direitos das mulheres nos municípios. Meta abaixo do esperado, remanejado para 2019.

Programa 211 Compromisso 4 - Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas, Meta 6 – Realizar estudos e pesquisas sobre a realidade das mulheres baianas e todas as suas interseções. Não há programação na LOA 2018- Meta conforme previsto.

Programa 211 Compromisso 4 - Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas, Meta 7- Realizar eventos de promoção dos direitos das mulheres. Meta acima do esperado em decorrência de novas parcerias.

Programa 211 Compromisso 6 - Promover segurança e saúde ocupacional para grupos produtivos de mulheres pescadoras e marisqueiras. Meta 2 - Realizar encontros regionais de fortalecimento da autonomia para o empoderamento das pescadoras e marisqueiras. Meta conforme previsto.

Programa 212 - Compromisso 22 – Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental, atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica da rede estadual. Meta 6 – Implementar a política de ações educativas sobre os direitos das mulheres e prevenção à violência de gênero. Meta conforme previsto.

Programa 214 – Compromisso 7 – Promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável de povos e comunidades tradicionais, contribuindo assim para a redução das desigualdades e melhoria da qualidade de vida dos mesmos. Meta 5 – Capacitar mulheres de terreiros e comunidades tradicionais para o exercício da liderança e ocupação de espaços. Meta conforme previsto.

Programa 216 – Compromisso 1 - Promover o desenvolvimento da economia popular e solidária, considerando as diversidades dos territórios, das cadeias produtivas, as necessidades de gênero, raça/etnia, das comunidades tradicionais e das pessoas em situação de vulnerabilidade social. Meta 5 - Qualificar a atividade produtiva de mulheres da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais com capacitação e cessão de equipamentos. Meta acima do esperado em decorrência do aumento de investimentos financeiros pelo Estado.

A SPM-BA desenvolve as ações conforme as metas estabelecidas no PPA, vinculadas também a LOA, conforme diretrizes da SEPLAN.

QUADRO 5 – Evolução das metas dos compromissos/programa sob a responsabilidade direta da UJ

Programa: 211 – MULHER CIDADÃ									
Compromisso: 1- Ampliar oportunidades de negócios para mulheres com foco nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.									
Meta: 1- Realizar ações de oportunidade de negócios em ciência, tecnologia e inovação, com foco no público feminino.									
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido
Estado	87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87,00	
Programa: 211 – Mulher Cidadã									
Compromisso: 1 -Ampliar oportunidades de negócios para mulheres com foco nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.									
Meta: 2 Ampliar oportunidades de negócios para mulheres com foco nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.									
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido
Estado	220		0,00		3,00		4,00	220,00	
Programa: 211 - Mulher Cidadã									
Compromisso: 2 - Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência									
Meta: 1 - Realizar em territórios ações de assistência e prevenção à violência contra a mulher									

Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Território de Identidade	111,00		7,00		37,00	72,00	76,00	111,00		111,00	
Programa: 211 - Mulher Cidadã											
Compromisso: 2 - Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência											
Meta: 2 - Assegurar unidades fixas para atendimento de mulheres em situação de violência											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Estado	2,00		0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	2,00		2,00	
Programa: 211 - Mulher Cidadã											
Compromisso: 3- Promover a autonomia social e econômica da mulher											
Meta: 1 - Assistir mulheres com ações de promoção de autonomia social e econômica											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Território de Identidade	24.000,00		30,00		77,00	92,00	80,00	24.000,00		24.000,00	
Programa: 211 - Mulher Cidadã											
Compromisso 4: Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas											
Meta: 1 Assegurar o funcionamento regular do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher da Bahia											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio

Estado		2,00			2,00			2,00		1,00		1,00		1,00	
Programa: 211 - Mulher Cidadã															
Compromisso:4 Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas															
Meta: 2 - Implantar sistema de monitoramento e avaliação de políticas públicas para mulheres															
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)					
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio				
Estado	1,00		0,00		0,00		0,00		0,00		1,00		1,00		

Programa: 211 - Mulher Cidadã													
Compromisso: 4 Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas													
Meta: 4 - Realizar Conferência Estadual de Políticas para Mulheres													
Regionalização⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)			
		Previsto⁽²⁾	Aferido	Previsto⁽²⁾	Aferido	Previsto⁽²⁾	Aferido	Previsto⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio		
Estado	1,00		0,00		0,00		0,00		0,00	1,00	1,00		

Programa: 211 - Mulher Cidadã													
Compromisso: 4 Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas													
Meta: 5 - Apoiar técnica e financeiramente a criação de conselhos e outras organizações municipais dos direitos das mulheres nos municípios													
Regionalização⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)			
		Previsto⁽²⁾	Aferido	Previsto⁽²⁾	Aferido	Previsto⁽²⁾	Aferido	Previsto⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio		
Estado	12,00		0,00		0,00		0,00		0,00	12,00	12,00		

Programa: 211 - Mulher Cidadã													
Compromisso: 4 Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas													
Meta: 6 - Realizar estudos e pesquisas sobre a realidade das mulheres baianas e todas as suas interseções													

Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Estado	12,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,00		12,00	

Programa: 211 - Mulher Cidadã											
Compromisso: 4 Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas											
Meta: 7 - Realizar eventos de promoção dos direitos das mulheres											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Território de Identidade	189,00		6,00	0,00	19,00	0,00	39,00	189,00		189,00	
Programa: 211 - Mulher Cidadã											
Compromisso: 6 Promover segurança e saúde ocupacional para grupos produtivos de mulheres pescadoras e marisqueiras											
Meta: 2 Realizar encontros regionais de fortalecimento da autonomia para o empoderamento das pescadoras e marisqueiras											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Território de Identidade	4,00		1,00		1,00	1,00	1,00	4,00		4,00	
Programa: 212 – Educar para Transformar											
Compromisso: 22 Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental, atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica da rede estadual											
Meta: 6 Implementar a política de ações educativas sobre os direitos das mulheres e prevenção à violência de gênero											

Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Estado	1,00		1,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00		1,00	

Programa: 214 – Igualdade Racial, povos e comunidades tradicionais

Compromisso: 7 Promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável de povos e comunidades tradicionais, contribuindo assim para a redução das desigualdades e melhoria da qualidade de vida dos mesmos

Meta: 5 Capacitar mulheres de terreiros e comunidades tradicionais para o exercício da liderança e ocupação de espaços

Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Território de Identidade	200,00		1,00		2,00	100,00	100,00	200,00		200,00	

Programa: 216 – Vida Melhor

Compromisso: 1 – Promover o desenvolvimento da economia popular e solidária, considerando as diversidades dos territórios, das cadeias produtivas, as necessidades de gênero, raça/etnia, das comunidades tradicionais e das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Meta: 5 – Qualificar a atividade produtiva de mulheres da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais com capacitação e cessão de equipamentos.

Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Território de Identidade	5,00		5,00		24,00		28,00	29,00		5,00	

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ A regionalização corresponde à área de abrangência da Meta tal qual descrita no PPA (Estado ou Território de Identidade).

⁽²⁾ As informações anuais relativas à previsão das metas são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ e apresentadas no FIPLAN (Referência: Relatório M&A 100).

QUADRO 6 – Evolução das metas dos compromissos/programa sob a responsabilidade da UJ, a cargo da(s) unidade(s) da administração indireta vinculada(s) à UJ, conforme Relatório M&A 100/Fiplan

[illegible]

3.1.3 Avaliação da execução dos compromissos e dos resultados das ações orçamentárias

De acordo com a **Lei 13833 de 10 de janeiro de 2018**, a Receita total do Estado foi fixada em R\$45.254.018.341,00 (quarenta e cinco bilhões, duzentos e cinquenta e quatro milhões, dezoito mil e trezentos e quarenta e um reais), foi disponibilizado inicialmente para a SPM o valor de **R\$8.405.000,00 (oito milhões, quatrocentos e cinco mil reais)**, que corresponde a aproximadamente **0,02%** em relação a todo o orçamento do Estado.

O orçamento inicial, que materializa o programa de ações governamentais, foi dividido da seguinte maneira:

CATEGORIAS	VALOR
Pessoal	R\$3.264.000,00
Custeio	R\$2.025.000,00
Finalística	R\$1.726.000,00
Projetos	R\$1.390.000,00
TOTAL	R\$8.405.000,00

No decorrer do exercício do ano de 2018 realizamos Modificações Orçamentárias que resultaram num acréscimo total de **R\$1.172.404,00 (um milhão, cento e setenta e dois mil e quatrocentos e quatro reais)**, que somados ao orçamento inicial totalizaram o valor de **R\$9.577.404,00 (nove milhões quinhentos e setenta e sete mil quatrocentos e quatro reais)**. Neste mesmo período, por orientação do Estado da Bahia, ocorreu uma redução de 8,66% no orçamento da SPM que correspondeu a **R\$727.147,00 (setecentos e vinte e sete mil cento e quarenta e sete reais)**.

Diante do exposto, é possível concluir que o Orçamento Final de 2018, foi de **R\$8.060.611,00 (oito milhões, sessenta mil seiscentos e onze reais)**. E seu percentual de execução atingiu os seguintes números: Recursos Estaduais - **94,49%**, Recursos Federais **55,54%**. **Totalizando a execução global com o percentual de 84,34%.**

QUADRO 7 – Ações orçamentárias prioritárias por compromisso/programa sob a responsabilidade da UJ

Unidade Orçamentária (UO): Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM	
Programa: Mulher Cidadã	Código: 211
Compromisso⁽¹⁾: Promover a autonomia social e econômica da mulher	
Iniciativa: Capacitar profissionalmente mulheres em situação de vulnerabilidade social	
Ações orçamentárias prioritárias⁽²⁾	
Código	Descrição
5553	Capacitação Profissional de Mulher em Situação de Vulnerabilidade Social
Compromisso: Promover a autonomia social e econômica da mulher	
Iniciativa: Apoiar técnica e financeiramente projetos da sociedade civil e dos poderes públicos nas áreas social, econômica e cultural	
Ações orçamentárias prioritárias	
Código	Descrição
5558	Apoio a Projeto de Empoderamento Social, Econômico e Cultural da Mulher

Fonte: Fiplan, menu Relatórios – Planejamento – Relatório de Monitoramento e Avaliação – Acompanhamento 2016-2019 – M&A 004.

Nota:

⁽¹⁾ Apenas os compromissos que tenham ações prioritárias.

⁽²⁾ Ações orçamentárias com indicativo de prioridade.

QUADRO 8 – Ações orçamentárias não prioritárias por compromisso/programa, consideradas relevantes pela UJ

Unidade Orçamentária (UO): Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM	
Programa: Mulher Cidadã	Código: 211
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Compromisso: 01 - Ampliar oportunidades de negócios para mulheres com foco nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.	
Iniciativa: 0001 Realizar ações de oportunidade de negócios em ciência, tecnologia e inovação, com foco no público feminino.	
Código	Descrição
5545	Realização de Ações de Oportunidade de Negócios em Ciência, Tecnologia e Inovação

Compromisso: 02 - Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência	
Iniciativa: 0001 Realizar atendimento psicossocial e jurídico a mulheres do campo e das águas através das unidades móveis	
Código	Descrição
4689	Funcionamento de Unidade Móvel de Atendimento à Mulher em Situação de Violência

Compromisso: 02 - Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência

Iniciativa: 0013 Assegurar o funcionamento dos serviços de atendimento à mulher na Casa da Mulher Brasileira

Código	Descrição
4893	Funcionamento de Equipamento com Múltiplos Serviços no Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Compromisso: 04 - Promover a transversalização da temática de gênero e suas intersecções na gestão e execução das políticas públicas

Iniciativa: 0002 Manter o funcionamento e as atividades do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres

Código	Descrição
4675	Funcionamento do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - CDDM

Compromisso: 02 - Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência

Iniciativa: 0005 Apoiar a implantação e funcionamento dos Centros Especializados de Atendimento à Mulher nos municípios

Código	Descrição
5549	Apoio Técnico e Financeiro à Implantação de Centro Especializado de Atendimento às Mulheres
7820	Funcionamento de Equipamento com Múltiplos Serviços no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Compromisso: 02 - Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência

Iniciativa: 0006 Realizar caravanas de enfrentamento à violência contra as mulheres

Código	Descrição
5550	Realização de Caravana de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres

Compromisso: 04 - Promover a transversalização da temática de gênero e suas intersecções na gestão e execução das políticas públicas

Iniciativa: 0011 - Realizar eventos de promoção dos direitos das mulheres

Código	Descrição
5824	Realização de Evento de Promoção dos Direitos das Mulheres

Fonte:

Nota:

⁽¹⁾ Apenas os compromissos que tenham ações não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ.

⁽²⁾ Ações orçamentárias sem indicativo de prioridade, porém consideradas relevantes pela UJ

QUADRO 9 – Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias/compromisso/programa

Unidade Orçamentária (UO): Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM										
Programa: Mulher Cidadã										
Compromisso: 01 Ampliar oportunidades de negócios para mulheres com foco nas áreas de ciência, tecnologia e inovação										
Unidade Setorial de Planejamento (USP): Coordenação de Articulação Institucional e Ações Temáticas										
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Execução Física				Execução Orçamentária e Financeira			
			Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
5545 - Realização de Ações de Oportunidade de Negócios em Ciência, Tecnologia e Inovação	Ação de oportunidade de negócio realizada	unidade	1	1	0	0	100.000	0	0	0
Iniciativa(s): 0001 - Realizar ações de oportunidade de negócios em ciência, tecnologia e inovação, com foco no público feminino										
4689 - Funcionamento de Unidade Móvel de Atendimento Mulher em Situação de Violência	Unidade móvel de atendimento em funcionamento	unidade	2	6	0	4	1.616.000	581.000	756.19,14	75.619,14
Iniciativa(s): Realizar atendimento psicossocial e jurídico a mulheres do campo e das águas através das unidades móveis										
Unidade Setorial de Planejamento (USP): Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM										
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Execução Física				Execução Orçamentária e Financeira			
			Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
4893 - Funcionamento de Equipamento com Múltiplos Serviços no Enfrentamento à Violência contra a Mulher	Unidade de atendimento às mulheres em funcionamento	unidade	1	1	0	0	50.000	0,00	0,00	0,00
Iniciativa(s): Assegurar o funcionamento dos serviços de atendimento à mulher na Casa da Mulher Brasileira										
5549 - Apoio Técnico e Financeiro à Implantação de Centro Especializado de Atendimento à Mulher	Implantação de centro especializado apoiada	unidade	1	1	0	0	0,00	41.666	41.666	41.666
Iniciativa(s): Apoiar a implantação e funcionamento dos Centros Especializados de Atendimento à Mulher nos municípios										
Compromisso: Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência										

Compromisso: Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência

Unidade Setorial de Planejamento (USP): Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM									
Execução Física					Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Pago (R\$)
5550 - Realização de Caravana de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	Caravana de enfrentamento à violência realizada	unidade	8	8	0	0	160.000	9.310	9.310
Iniciativa(s): Realizar caravanas de enfrentamento à violência contra as mulheres									
7820-Capacitação Técnica de Agente da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	Evento de capacitação realizado	unidade	7	21	0	14	0,00	149.995	104.318
Iniciativa(s): Apoiar a implantação e funcionamento dos Centros Especializados de Atendimento à Mulher nos municípios									
Unidade Setorial de Planejamento (USP): Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM									
Execução Física					Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Pago (R\$)
5553 - Capacitação Profissional de Mulher em Situação de Vulnerabilidade Social	Evento de capacitação realizado	unidade	4	8	0	8	100.000	122.854	68.870,52
Iniciativa(s): Capacitar profissionalmente mulheres em situação de vulnerabilidade social									
5558 - Apoio a Projeto de Empoderamento Social, Econômico e Cultural da Mulher	Projeto de empoderamento das mulheres apoiado	unidade	2	24	0	22	650.000	1.336.611	966.293,56
Iniciativa(s): Apoiar técnica e financeiramente projetos da sociedade civil e dos poderes públicos nas áreas social, econômica e cultural.									

Unidade Setorial de Planejamento (USP): Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM										
Execução Física					Execução Orçamentária e Financeira					
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
4675 - Funcionamento do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - CDDM	Conselho da mulher em funcionamento	unidade	1	2	0	1	60.000	2.489	2.488,5	2.488,5
Iniciativa(s): Manter o funcionamento e as atividades do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres										

Compromisso: Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência										
Unidade Setorial de Planejamento (USP): Assessoria de Planejamento e Gestão - SPM										
Execução Física					Execução Orçamentária e Financeira					
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
5824 - Realização de Evento de Promoção dos Direitos da Mulher	Evento de direitos das mulheres realizado	unidade	8	9	0	1	380.000	231.090	229.120	229.120
Iniciativa(s): Manter o funcionamento e as atividades do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres										

Fonte: Fiplan, menu Relatórios – Planejamento – Relatório de Monitoramento e Avaliação – Acompanhamento 2016-2019 – M&A 011.

4 ÁREA ADMINISTRATIVA

4.1 Procedimentos formais da UJ

O exercício de 2018 findou-se com uma análise positiva da gestão administrativa dessa instituição, referente à adoção dos procedimentos administrativos relacionados a licitações, dispensas, inexigibilidades, contratos, contratos de gestão, convênios de captação, convênios de repasse, acordos de cooperação, termos de fomento, termos de colaboração, sindicâncias e processos administrativos disciplinares firmados ao longo do exercício e/ou em exercícios anteriores com execução em 2018.

Todos os procedimentos foram realizados observando as exigências legais. Ressalta-se que não foi necessário adotar processos administrativos disciplinares e de sindicância.

Em conformidade com o Decreto Estadual Nº 16.417/2015 que estabelece diretrizes para contenção de despesas de custeio e de pessoal, bem como o Art. 3º do Decreto 15.924/2015 que determina a competência à Coordenação de Qualidade do Gasto Público da Secretaria da Fazenda para a realização do monitoramento das despesas correntes/custeio, junto as Unidades do Estado, informamos que esta Secretaria envia à referida Coordenação os relatórios com as informações da despesa e o consumo, comparando o período de 2017 e 2018, com as devidas exposições dos resultados do acompanhamento e das medidas adotadas em cumprimento com o Decreto Estadual Nº 16.417/2015.

Associado ao cumprimento da redução de gasto estabelecido no Decreto nº 16.417/2015, o Decreto Estadual Nº 12.588/2011 estabelece os procedimentos para o acompanhamento e monitoramento, permanentemente, da evolução dos gastos do Estado da Bahia.

Em cumprimento da redução de Gasto Público estabelecido no Decreto nº 16.417/2015, e do Decreto Estadual Nº 12.588/2011 esta Secretaria apresenta uma redução significativa no percentual de 28,40% no comparativo entre os exercícios de 2017 e 2018.

TABELA 9 – Licitações, dispensas e inexigibilidades.

R\$1,00

Descrição	Quantidade				Valor das concluídas
	Iniciadas (1)	Em andamento (2)	Concluídas (3)	Total	
Modalidade de licitação					
Convite					
Tomada de preços					
Concorrência					
Pregão Presencial					
Pregão Eletrônico			6	6	R\$ 377.373,60
Concurso					
Consulta					
Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)					
Outros ⁽⁴⁾					
Subtotal			6	6	R\$ 377.373,60
Contratação direta					
Dispensa			39	39	R\$ 405.896,11
Inexigibilidade			1	1	R\$ 360,00
Outros ⁽⁵⁾					
Subtotal			40	40	R\$ 406.256,11
Total			46	46	R\$ 783.629,71

Fonte: DAF

Notas:

⁽¹⁾ Abertas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.⁽²⁾ Abertas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.⁽³⁾ Concluídas no exercício da prestação de contas.⁽⁴⁾ Discriminar outros tipos de licitação.⁽⁵⁾ Discriminar outros tipos de contratação direta.**TABELA 10 – Contratos firmados no exercício**

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado ⁽¹⁾
Contratos	12	R\$ 867.354,11	R\$ 394.348,75

Fonte: DAF/CADM

Nota:

⁽¹⁾ Valor desembolsado no exercício (acumulado).**TABELA 11 – Contratos de gestão firmados no exercício**

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado ⁽¹⁾
Contratos de gestão	00		

Fonte: DAF/Convênios Estaduais

Nota:

⁽¹⁾ Valor desembolsado no exercício (acumulado).

TABELA 12 – Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado ⁽¹⁾ (R\$)	Desembolso (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos	28	R\$ 1.953.341,81	R\$ 1.227.117,32	R\$ 4.536.256,89

Fonte: DAF/CADM

Nota:

⁽¹⁾ Incluindo os aditivos.**TABELA 13 – Contratos de gestão vigentes firmados em exercícios anteriores**

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado ⁽¹⁾ (R\$)	Desembolso (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos de gestão	00			

Fonte: DAF/CADM

Nota:

⁽¹⁾ Incluindo os aditivos.**QUADRO 10 – Tomadas de contas de contratos de gestão**

Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	00
Em andamento ⁽²⁾	00
Concluídas ⁽³⁾	00

Fonte: DAF / Convênios Estaduais

Notas:

⁽¹⁾ Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.⁽²⁾ Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.⁽³⁾ Encerradas no exercício da prestação de contas.**TABELA 14 – Convênios de captação**

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) ⁽⁴⁾	Recebimento (R\$)	
	Iniciados ⁽¹⁾	Em andamento ⁽²⁾	Encerrados ⁽³⁾		No exercício	Acumulado
Convênios	1	6	3	R\$ 5.946.913,13	R\$ 690.041,55	R\$ 3.831.965,63
Outros Ajustes ⁽⁵⁾						
Total	1	6	3	R\$ 5.946.913,13	R\$ 690.041,55	R\$ 3.831.965,63

Fonte: DAF/COFIN

Notas:

⁽¹⁾ Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.⁽²⁾ Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.⁽³⁾ Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado o convênio na data final de sua vigência.⁽⁴⁾ Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.⁽⁵⁾ Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação.

TABELA 15 – Convênios de repasse

Descrição	Quantidade			Valor total conveniando atualizado (R\$) (4)	Desembolso (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Encerrados (3)		No exercício	Acumulado
Convênios	13	13	0	R\$ 404.516,15	R\$ 404.516,15	R\$ 404.516,15
Outros Ajustes (5)						
Total	13	13	0	R\$ 404.516,15	R\$ 404.516,15	R\$ 404.516,15

Fonte: DAF/Convênios Estaduais

Notas:

(1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado o convênio na data final de sua vigência.

(4) Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

(5) Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação, tais como: Termos de Outorga, Termo de Acordo e Compromisso, Termo de Adesão ao PETE etc..

QUADRO 11 – Tomadas de contas de convênios de repasse

Descrição	Quantidade
Iniciadas (1)	00
Em andamento (2)	00
Concluídas (3)	00

Fonte: DAF/COFIN

Notas:

(1) Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

(2) Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

(3) Encerradas no exercício da prestação de contas.

Ao se iniciar a Gestão em 2015 foi verificada, após um minucioso e necessário levantamento processual, a inexistência da adequada sistematização da Pasta de dados referentes aos convênios celebrados até o ano de 2013 entre o Estado da Bahia, por meio desta Secretaria com diversas entidades e municípios, ensejando, pois, um minucioso levantamento de todos os instrumentos pactuados com o propósito de constituir bases de informações mais consistentes para adoção dos procedimentos legais cabíveis. Com esse objetivo, fomos surpreendidos com um vasto contingente de instrumentos convencionais em situação de inadimplência e irregularidade, totalizando, assim, 73 (setenta e três) convênios nesta situação, no montante de R\$ 4.322.644,69 (quatro milhões trezentos e vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), ressaltando que deste volume de recursos, houve a devolução para os cofres públicos no valor de R\$ 251.544,72 (duzentos e cinquenta e um mil quinhentos e quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos), após os procedimentos de fiscalização.

A partir daí, em primeira instância, foram efetuadas diversas diligências junto aos representantes legais das Entidades e Gestores dos Municípios, solicitando a prestação de contas e documentações contábeis complementares de cada ajuste firmado, até que fosse procedido o saneamento das pendências identificadas.

Apesar dos esforços desenvolvidos não obtivemos o êxito habilmente proposto acerca desta ação, razão pela qual a Titular desta Pasta mediante ato administrativo publicado no Diário Oficial do Estado instaurou as regulares **Tomadas de Contas Especial**, em cumprimento ao Decreto Estadual Nº 9.266/2004, bem como a Resolução TCE Nº 144/2013, providência esta que se estende até o presente exercício.

Quanto aos convenientes inadimplentes, esta Secretaria registrou a situação de inadimplência de cada entidade no sistema corporativo do Estado, SICON – Sistema de Informações Gerenciais de Convênios e Contratos, destinado a tal finalidade, atendendo o que estabelece o Artigo 4º, inciso IX, da Resolução Nº 144/2013;

Ressaltamos que, em atendimento aos dispositivos elencados na Resolução nº 144/2013 – TCE, principalmente no art. 4º, § 2º, onde diz que o acompanhamento e fiscalização dos convênios e instrumentos congêneres deverão ser verificados estritamente a execução dos objetos e a regularidade das prestações de contas, a SPM, encaminhou ao Tribunal de Contas, no prazo legal, o demonstrativo dos convênios e instrumentos congêneres em vigência ou concluídos no prazo vigente, conforme Ofício SPM nº 009/2016 enviado à Procuradoria Geral do Ministério Público de Contas – MPC/TCE-BA, atendimento ao Ofício GAPRE –TCE Nº 566/2016 e ao Ofício TCE Nº 024/2016, bem como o envio ao TCE do Demonstrativo Quadrimestral – período maio a agosto/2016.

Além disto, encaminhamos os Processos Administrativos de Tomada de Contas Especial, em cumprimento às Portarias Nº 050, 051,052, 053, 055/2015, 007/2016 e 009/2016 autorizadas pela titular desta Pasta, para a PGE- Procuradoria Geral do Estado, em conformidade com o Artigo 8º Parágrafo único da Resolução TCE Nº 144/2013.

Ocorre que, a Procuradoria Geral do Estado da Bahia, - PGE, por intermédio do NSAS- Nº 004/2016, retornou os referidos processos para esta Secretaria e se manifestou acerca dos 35 (trinta e cinco) processos administrativos de Tomada de Contas Especial,

oriundos desta Secretaria, ponderando os atos normativos, a exemplo de, Parecer nº PA-NPA-NCAD-ACN-MVC-03/2015, Portaria PGE nº 105, de 17 de agosto de 2016, Decreto Estadual nº 11.738/2009 e Portaria PGE nº 119/2011.

Face a manifestação da PGE, esta Secretaria encaminhou o expediente acima referenciado ao TCE – Tribunal de Contas do Estado da Bahia, através do processo administrativo nº 6270160009186, sendo protocolado no referido órgão através do número TCE/008716/2016 para conhecimento e emissão de parecer quanto aos procedimentos a serem adotados quanto aos Processos Administrativos de Tomadas de Contas Especial em pauta.

TABELA 16 – Acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração

Descrição	Quantidade			Valor total atualizado (R\$) (4)	Desembolso (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Encerrados (3)		No exercício	Acumulado
Acordos de Cooperação	0	0	0	0	0	0
Termos de Fomento	0	0	0	0	0	0
Termos de Colaboração	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0

Fonte:

Notas: Não se aplica

(1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado na data final de sua vigência.

(4) Valor original mais os aditivos dos acordos/termos vigentes no exercício da prestação de contas.

QUADRO 12 – Tomadas de contas de acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração

Tomadas de contas de acordos de cooperação	
Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	0
Em andamento ⁽²⁾	0
Concluídas ⁽³⁾	0
Tomadas de contas de termos de fomento	
Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	0
Em andamento ⁽²⁾	0
Concluídas ⁽³⁾	0
Tomadas de contas de termos de colaboração	

Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	0
Em andamento ⁽²⁾	0
Concluídas ⁽³⁾	0

Fonte:

Notas: Não se aplica

⁽¹⁾ Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerradas no exercício da prestação de contas.

QUADRO 13 – Sindicâncias e processos administrativos disciplinares

Descrição	Quantidade		
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Concluídos (3)
Sindicâncias	0	0	0
Processos administrativos disciplinares	0	0	0

Fonte:DAF

Notas:

⁽¹⁾ Instaurados no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instaurados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerrados no exercício da prestação de contas.

4.2 Área patrimonial

Em 2018 foi realizado trimestralmente a contagem de itens do estoque, atualizadas as quantidades inventariadas, gerando os balancetes de verificação do período e encaminhado para o setor financeiro para que fosse realizada a devida conciliação: Estoque X Financeiro.

Ao final do exercício de 2018 foi realizado o inventário anual de bens de consumo, onde a contagem de itens do estoque foi realizada pela comissão de inventário, criada pela portaria N°. 024/2018 e, devidamente atualizada no SIMPAS, após a geração dos relatórios anuais pelo módulo de estoque, bem como o balancete de verificação anual. Estes foram encaminhados ao setor financeiro para que fosse realizada a conciliação e assim findada foi encaminhada para SAEB com os devidos saldos SIMPAS X FIPLAN devidamente equiparados.

Em razão do trabalho da Comissão de Inventário de Bens Permanentes designados para os Exercícios de 2015, 2016, 2017 conforme Portarias nºs 0048/2015, 026/2016, 0021/2017 e encontrou-se as seguintes situações:

1 - a maioria dos móveis encontrados não estão locados nas unidades correspondentes;

2 - alguns bens sem as plaquetas de identificação;

3 – no final do exercício de 2014 não foram lançados as divergências detectadas entre os sistemas FIPLAN X SIAP.

Em 2018 foi criada a Comissão de Inventário de Bens Permanentes, através da Portaria Nº 023/2018 para dar continuidade ao levantamento físico dos bens patrimoniais pertencentes à Secretaria de Políticas para as Mulheres, tanto na sede quanto no interior do Estado, inclusive núcleos e delegacias de atendimento a mulher, bem como iniciou um processo de devolução de bens sem uso, colocando as plaquetas de identificação nos bens que estavam sem número de tombamento.

Em 2015, 2016, 2017 e 2018 todos os bens permanentes que foram adquiridos foram devidamente lançados no SIAP – Sistema de Administração de Patrimônio, tombados e devidamente conciliados com o sistema financeiro FIPLAN.

As diferenças encontradas referentes aos anos anteriores a 2015 estão sendo identificadas pelo setor financeiro juntamente com o setor de patrimônio para que continue sendo regularizada em relação ao tombamento, bem como a verificação física.

TABELA 17 – Movimentação dos bens de consumo e permanentes

R\$1,00				
Descrição	Saldo inicial	Entradas	Saídas	Saldo final
Bens de consumo	R\$ 138.927,97	R\$ 41.856,48	R\$ 26.154,83	R\$ 154.629,62
Bens permanentes	R\$ 5.613.289,52	R\$ 1.893.888,66	R\$ 1.626.480,89	R\$ 6.090.881,75
Total	R\$ 5.752.217,49	R\$ 1.935.745,14	R\$ 1.652.635,72	R\$ 6.245.511,37

Fonte: DAF

TABELA 18 – Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário

Tipo de imóvel	Quantidade inicial	Incorporações	Baixas	Alienações	Doações	Cessões	Quantidade final
Terreno							
Fazenda							
Edificação							
Barragem							
Adutora							
Total							

Fonte: Não se aplica

QUADRO 14 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas

Fonte:

Nota: Não se aplica

⁽¹⁾ Relacionar as situações identificadas como irregulares pela Comissão de Inventário

QUADRO 15 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas

Fonte:

Nota: Não se aplica

⁽¹⁾ Relacionar as situações identificadas como irregulares pela Comissão de Inventário.

5 ÁREA DE PESSOAL

5.1 Análise da gestão de pessoal

Entre os anos de 2017 e 2018 as movimentações de pessoal - nomeações e exonerações, não geraram impacto financeiro na folha de pagamento desta Secretaria.

Em 2018 não houve nenhuma nova contratação de REDA. Diante dos encerramentos de contratos, a SPM encerra o ano de 2018 com somente 4 servidores contratados por este Regime;

Segundo a DRH/SAEB a RAIS ano base 2018 ainda não foi gerada, pois o Ministério do Trabalho não disponibilizou o programa.

Assim, de acordo ao apresentado nas tabelas 19, 20 e 21, pelo quadro 16, e pelos relatos acima, não houve elevação de custos com pessoal nesta Secretaria de Políticas para as Mulheres.

TABELA 19 – Pessoal por natureza da vinculação

Natureza da vinculação	Quantidade em 31/12	
	2017	2018
Servidores da UJ		
Efetivos		
Celetistas		
À disposição de outros órgãos		
Subtotal		
Outros		
REDA	8	4
De outros órgãos à disposição da UJ	4	4
Subtotal	12	8
Total	12	8

Fonte: DAF/RH

TABELA 20 – Cargos comissionados

Descrição	Quantidade em 31/12	
	2017	2018
Com vínculo		
Sem vínculo	34	34
Total	34	34

Fonte: DAF/RH

TABELA 21 – Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais

Descrição	Total da despesa empenhada (R\$)		% de variação
	2017	2018	
Servidores	R\$ 2.256.194,91	R\$ 2.252.137,06	-0,18%
REDA	R\$ 255.007,13	R\$ 197.249,65	-22,65%
Total	R\$ 2.511.202,04	R\$ 2.449.386,71	

Fonte: DAF/RH

QUADRO 16 – Movimentação de pessoal no exercício

Descrição	Quantidade
Admissões	
Efetivo	0
Cargo comissionado	4
REDA	0
Exoneração/Desligamento	
Efetivo	0

Cargo comissionado	5
REDA	3
Disponibilização	
De outros órgãos	4
Para outros órgãos	0
Aposentadoria	0

Fonte: DAF/RH

6 CONTROLE INTERNO

A Comissão Permanente de Monitoramento, unidade correlata ao Controle Interno da SPM-BA, instituída pela Portaria Nº 0017 de 24 de outubro de 2017, cuja finalidade é desempenhar as funções de supervisão, acompanhamento e monitoramento da execução dos projetos com fiscalização do planejamento orçamentário e financeiro, iniciou suas atividades com a elaboração do Plano de Ação da SPM-BA, definindo os Instrumentos/Processos a serem analisados, bem como os critérios e procedimentos utilizados nas amostras selecionadas.

A definição dos critérios para seleção de amostras de processos foi baseada na Orientação Técnica da AGE Nº 06/2015 e na Instrução Normativa SAF Nº 21 de 29/11/2017, baseando-se na Orientação Técnica (OT) do Guia Referencial dos Controles Internos da Gestão (GRCI), apresentado na OT AGE nº 01/2017, que orienta os órgãos da Administração Pública Estadual quanto à estruturação dos controles internos e à implementação de modelo de análise e gestão de riscos.

A alta administração da secretaria compreende o controle interno como atividade importante e dá suporte a sua adequada realização.

O corpo de servidores da secretaria percebe as atividades de controle interno como elemento imprescindível à realização dos trabalhos, estando sempre disponíveis para colaborar na realização dos trabalhos monitorados pela CCI/equivalente.

A CCI unidade de controle interno é responsável pelo planejamento, coordenação e avaliação das atividades de controle interno no âmbito da UJ.

A SPM/BA não foi contemplada dentro da reforma administrativa do Governo Estadual com cargos comissionados específicos para a Comissão de Controle Interno desta secretaria. A SPM-BA, então decidiu pela criação da Comissão Permanente de Monitoramento, grupo equivalente a CCI, sabendo não ser o ideal, pois seus integrantes não tem dedicação exclusiva para a atividade, sendo uma atividade que foi agregada aos afazeres diários das servidoras. Mesmo não tendo cargos exclusivos para a CCI, as servidoras da SPM-BA que compõem a Comissão Permanente de Monitoramento conseguiram realizar o trabalho do controle interno na secretaria, atendendo todas as solicitações encaminhadas pela SEFAZ-BA para os órgãos da administração direta, realizando o controle interno nas áreas de contratos, convênios e licitações dessa secretaria.

A Comissão de controle interno utiliza como metodologia as orientações da AGE, com aplicação de *checklist* específico para cada amostra de processos selecionada, já aplicada nos convênios Federais e Estaduais, contratos e licitações.

A CCI/equivalente utiliza sistemas corporativos, para o acompanhamento mais eficaz das ações da UJ.

O monitoramento das ações e programas de responsabilidade da UJ realizado pela CCI / unidade de controle interno envolve o uso dos indicadores publicados no PPA, monitorando os resultados das ações e Programas do Plano Plurianual (PPA) de responsabilidade da UJ.

A CCI / unidade de controle interno acompanha e controla a implementação de providências recomendadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/BA) para esta UJ.

A Auditoria Geral do Estado (AGE) vem orientando tecnicamente o planejamento e os procedimentos operacionais da CCI / unidade de controle interno equivalente dessa secretaria, que segue todas as orientações técnicas da AGE.

QUADRO 17 – Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ

Sector abrangido	Natureza da auditoria/inspeção
Diretoria Administrativa e Financeira - Coordenação Administrativa	Contratos da Copa e Cozinha
DAF/Coordenação Administrativa	Contratos de prestação de serviços
DAF/Coordenação Administrativa	Suporte Administrativo de edifícios públicos
DAF/Coordenação Administrativa	Transporte
Assessoria de Planejamento e Gestão/APG	Tecnologia da Informação
DAF/Coordenação Administrativa	Conservação e limpeza predial
DAF/Coordenação Financeira	Adiantamentos
Chefia de Gabinete; Coordenação de Articulação Institucional e Ações Temáticas; Diretoria Administrativa e Financeira; Assessoria de Planejamento e Gestão; Coordenação Executiva de Planejamento e Gestão.	Convênios Estaduais
Chefia de Gabinete; Coordenação de Articulação Institucional e Ações Temáticas; Diretoria Administrativa e Financeira; Assessoria de Planejamento e Gestão; Coordenação Executiva de Planejamento e Gestão.	Convênios Federais
DAF/Coordenação Financeira	Despesas de Viagem
DAF/Coordenação Financeira	Despesas miúdas
DAF/Coordenação de Licitação	Avaliação de Licitações
Chefia de Gabinete; Coordenação de Articulação Institucional e Ações Temáticas; Diretoria Administrativa e Financeira; Assessoria de Planejamento e Gestão; Coordenação Executiva de Planejamento e Gestão.	Avaliação da SPM

Fonte: CCI/SPM/BA

7 CONTROLE EXTERNO

QUADRO 18 – Determinações/recomendações do TCE/BA

Determinações / recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Processo TCE n.º		
Processo TCE n.º		

Fonte:

Não se aplica

QUADRO 19 – Recomendações dos demais órgãos de controle

Identificação do Relatório (1)	Recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Trabalhos realizados pela Auditoria Geral do Estado (AGE)			
Trabalhos realizados pela Controladoria Geral da União (CGU)			
Trabalhos realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU)			
Outros trabalhos de auditoria			

Fonte:

Salvador, 14 de Fevereiro de 2019.


JULIETA MARIA CARDOSO PALMEIRA
 Secretária de Políticas para as Mulheres